



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Light afirma que indústria começa a atrasar pagamento (Folha de S. Paulo) 25/03/09	3
Sarney, ACM e Renan criaram 4.000 vagas (Folha de S. Paulo) 25/03/09.....	3
FMI muda empréstimos para facilitar o combate à crise (Folha de S. Paulo) 25/03/09.....	4
Para OIT, ação do Brasil deixa trabalhadores sem proteção (Folha de S. Paulo) 25/03/09	5
Jornal vê Brasil como possível alvo; país nega (Folha de S. Paulo) 25/03/09	5
Tesouro vai dar subsídios de R\$ 16 bi para o bolsa-habitação (O Estado de S. Paulo) 25/03/09.....	6
Ajuda extra será paga a 103 mil desempregados (O Estado de S. Paulo) 25/03/09	7
Novas fábricas "verdes" reduzem impacto ambiental (O Estado de S. Paulo) 25/03/09.....	8
Cemig apresenta o maior lucro da sua história (Gazeta Mercantil) 25/03/09	8
Mercado de gás entra em colapso (Gazeta Mercantil) 25/03/09.....	9
Senado pede gasolina mais barata a Gabrielli (Gazeta Mercantil) 25/03/09.....	10
Petrobras vai extrair hidrogênio da biomassa (Gazeta Mercantil) 25/03/09	11
Queda na demanda fará geração de energia crescer apenas 3% (Gazeta Mercantil) 25/03/09	11
BNDES amplia compras de participação em empresas (Valor Econômico) 25/03/09	11
BNDES foca aporte de capital para fortalecer empresas na crise (Valor Econômico) 25/03/09	12
Demanda por energia pode cair até 2 mil MW (Valor Econômico) 25/03/09.....	13
FHC ataca PAC e loteamento da máquina pública (Valor Econômico) 25/03/09.....	14
Lucro da Cemig sobe 8,3%, para R\$ 1,887 bilhão em 2008 (Valor Online 18:26h) 24/03/09	15
Aneel atualiza queda em tarifa de Cemig e CPFL Paulista (Estadão Online 20:06h) 24/03/09	15
Petrobras e petroleiros voltam a discutir greve na quarta-feira (Estadão Online 19:50h) 24/03/09.....	16
ONS prevê alta entre 2% e 3% na geração de energia este ano (Estadão Online 13:42h) 24/03/09.....	16
Suíça pedirá contrapartidas para colaborar em investigação (Estadão Online 16:01h) 24/03/09.....	17
Copel registra aumento de 5,6% no mercado de energia em 2008 (CanalEnergia) 24/03/09.....	18
Consumo de energia tem queda de 5,5% em São Paulo (CanalEnergia) 24/03/09	19
Seival: viabilidade depende de Uruguai e financiamento, diz Suez (CanalEnergia) 24/03/09	19
Copel fecha 2008 com dívida de R\$ 1,864 bilhão (CanalEnergia) 24/03/09	19
Homologados resultados definitivos da segunda revisão tarifária da CPFL Paulista (CanalEnergia) 24/03/09	20
Jirau conclui primeira ensecadeira (CanalEnergia) 24/03/09.....	20
Light ON termina em queda de 4,08% (CanalEnergia) 24/03/09.....	21
Revisão tarifária: Enersul tem índice definitivo de reposicionamento de - 7,76% (CanalEnergia) 24/03/09.....	21
Cemig defende renovação de concessões (CanalEnergia) 24/03/09	22
Cemig prevê investimentos de R\$ 970,2 milhões em 2009 e analisa participação em Belo Monte (CanalEnergia) 24/03/09.....	22
Santo Antônio Energia abre oferta pública de venda de energia (CanalEnergia) 24/03/09.....	23
Governo estuda forma de estimular comercialização na América do Sul (CanalEnergia) 24/03/09.....	23
Light mostra preocupação com inadimplência diante de crise financeira internacional (CanalEnergia) 24/03/09	23
Sobradinho opera com 79,80% da capacidade (CanalEnergia) 24/03/09.....	24
Chesf realiza leilão para venda de energia (CanalEnergia) 24/03/09.....	24
Cemat tem homologados resultados da segunda revisão tarifária (CanalEnergia) 24/03/09.....	25
CMSE define novos níveis-meta para 2009 (CanalEnergia) 24/03/09.....	25
Equatorial ON opera em queda de 2,39% (CanalEnergia) 24/03/09.....	25

Daniela da Silva Santos, advogada: Os Desafios da Nova Lei do Gás no Brasil (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09.....	26
Aneel promove Seminário Internacional de Estrutura Tarifária em Brasília (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09	27
Cepisa inaugura subestação em Amarante (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09	28
Energisa desenvolve equipamento que combate perdas de energia (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09.....	28
MME enquadra quatro termelétricas no Reidi (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09.....	28
Cepel desenvolve software que traça perfil do consumo de eletrodomésticos (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09	28
Utilidade pública: declaradas terras para transmissão em São Paulo (<i>CanalEnergia</i>) 24/03/09.....	29

SINDICAL

Metalúrgicos de Barra do Piraí elegem nova direção do sindicato (CUT Nacional) 25/03/09.....	29
Comissão amplia recursos da Educação e direito ao ensino gratuito (CUT Nacional) 25/03/09	30
Dia 30, o Brasil nas ruas contra a crise (CUT Nacional) 24/03/09.....	30
Cresce a greve unificada de Norte a Sul (CUT Nacional) 24/03/09.....	32
Encontro Estadual de Habitação para a Agricultura Familiar (CUT Nacional) 24/03/09.....	33
Os trabalhadores da alimentação e o ato unificado do dia 30 (CUT Nacional) 24/03/09.....	34
Gilson Caroni Filho: Mendes e a serpente (CUT Nacional) 24/03/09.....	35
FH sobre Daniel Dantas: "dizem que foi brilhante"(CUT Nacional) 24/03/09	35
Saiba como identificar o assédio moral nas sutilezas (CUT Nacional) 24/03/09	36
Encontros Temáticos, nesta terça-feira, preparam 2º Congresso da Contraf/CUT (CUT Nacional) 24/03/09.....	37
Partidário de bomba nuclear sobre Gaza é indicado chanceler de Israel (CUT Nacional) 24/03/09.....	37
CUT/SE: Plenária desta quarta-feira (24) definirá ato do Dia Nacional de Mobilização (CUT Nacional) 24/03/09 ...	38
26 de março: Secretaria da Mulher da FEM-CUT realiza Seminário (CUT Nacional) 24/03/09.....	39

Light afirma que indústria começa a atrasar pagamento (Folha de S. Paulo) 25/03/09

Alta do consumo de energia no país será menor, diz ONS

DA FOLHA ONLINE
DA SUCURSAL DO RIO

A Light, que opera na região metropolitana do Rio, já começa a perceber reflexos da crise na parte de pagamentos. O presidente da empresa, José Luiz Alquéres, disse que clientes de grande porte, principalmente os industriais, já começam a atrasar o pagamento das contas, como forma de se financiar.

Porém, em termo de demanda, a Light não teria sido tão afetada, já que a maior parte de seus consumidores é formada por comércio, serviços e residências. Com isso, a expectativa é de um crescimento de mercado de 2% neste ano, ante um avanço de 2,5% em 2008. "[A Light] foi muito pouco afetada pela crise. O nosso mercado está crescendo, mas, é claro, gostaria que estivesse avançando mais", afirmou Alquéres.

O maior problema para a companhia têm sido os pagamentos, segundo ele. "Temos que segurar muito para manter a adimplência. Há uma tendência, especialmente do segmento industrial, de se financiar às nossas custas, em um dinheiro mais barato que o dos bancos. É uma postergação de pagamento da conta, com uma multa pequena. Em última análise, pune os demais consumidores que pagam em dia", disse.

Consumo

A crise levará a revisão da previsão de consumo em 2009 de energia elétrica entre 1.500 e 2.000 megawatts médios, o equivalente a três vezes a carga de Brasília. A redução corresponde a 3% da demanda projetada anteriormente para o ano, segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

"Com isso, a carga do sistema deverá avançar de 2% a 3%, em linha com o crescimento da economia", diz Hermes Chipp diretor-geral do ONS. Se a desaceleração do PIB for maior, afirma Chipp, a demanda por energia acompanhará. Inicialmente, previa-se uma expansão no consumo de aproximadamente 3.000 megawatts médios, ou 5% de crescimento em relação à carga média verificada em 2008, de 52 mil megawatts médios. Se fosse confirmada, a expansão do consumo equivaleria à inserção de uma cidade como São Paulo no sistema elétrico nacional.

O ONS verificou reação no consumo de energia de 4,9% no mês passado ante janeiro e de 0,8% em relação a fevereiro de 2008. Atingiu cerca de 52 mil megawatts médios, o equivalente ao verificado no período pré-crise. "A reação da indústria aos incentivos do governo explica em parte esse aumento", diz Chipp. O ONS observa que o fato de o verão ter atingido temperaturas mais altas também explica a elevação.

Sarney, ACM e Renan criaram 4.000 vagas (Folha de S. Paulo) 25/03/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Nos últimos 14 anos, atos assinados por três senadores ajudaram a inchar o Senado, que hoje tem cerca de 10 mil servidores para atender a apenas 81 congressistas. Deste total, cerca de 4.000 vagas foram criadas a partir de 1995 e são preenchidas por indicação política, os chamados comissionados.

Nem todas as vagas são preenchidas. Mesmo assim, o número atual de comissionados (3.000) e terceirizados (3.500) é 116% maior do que os 3.500 concursados.

A multiplicação dos cargos de livre nomeação no Senado começou a partir do primeiro mandato de José Sarney (PMDB-AP), e continuou nas gestões de Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Por atos administrativos, criaram cargos e permitiram aos senadores dividirem as novas vagas.

A divisão possibilitou que com o salário de um cargo (o maior valor é de R\$ 10.869,34), os senadores pudessem contratar até oito pessoas com salários menores. O pagamento de hora extra cheia (R\$ 2.650) para servidores do Senado é uma forma de aumentar os salários, que ficam menores com a divisão dos cargos. Os pagamentos de hora extra e outros adicionais não são registrados nem nos contracheques para evitar a divulgação do subterfúgio.

Sarney inaugurou a prática da multiplicação dos cargos no seu mandato de 1995 a 1997, repetida por outras gestões.

Por isso atualmente cada gabinete pode contar com até 53 servidores nomeados, além de até nove efetivos, o que corresponde a números de uma pequena empresa, segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Na Mesa Diretora, que reúne sete senadores, com essa regra, cargos comissionados podem chegar a 692. A média salarial destes servidores sem concurso é de R\$ 8.000.

Até 1995, os gabinetes funcionavam com um assessor e três secretários parlamentares, estrutura que perdurava havia 20 anos. Sarney criou dois cargos e permitiu a divisão de um deles em quatro. Com isso, o número de vagas comissionadas passou de 400 para 900.

Sucessor de Sarney, ACM, morto em 2007, que presidiu de 1997 a 2001, ampliou o poder de indicação dos senadores. Criou dois cargos e permitiu que um deles fosse dividido em até oito e o outro em até quatro, o que provocou nova explosão de comissionados - mais 1.200 cargos. Também foi ACM quem permitiu aos senadores lotar servidores não concursados em qualquer local do país. Sarney, em nova gestão, de 2003 a 2005, criou mais um cargo multiplicado em oito.

Renan presidiu a Casa de 2005 a 2007, quando criou três cargos comissionados para atender a presidentes de comissão. Foi na gestão de Renan que os suplentes com cargo na Mesa (quatro, no total), também ganharam metade da estrutura dos membros titulares.

O desdobramento dos cargos fica a critério dos senadores. Eduardo Suplicy (PT-SP), por exemplo, tem 12 comissionados. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que apresentou projeto cortando esses cargos em 50%, tem 30.

"Trem da alegria"

Entre os servidores efetivos, nem todos são concursados. Estes somam cerca de 1.200.

Entre 1971 e 1984, os senadores aproveitaram para efetivar servidores por meio de atos administrativos, embora isso fosse vedado pela Constituição. A atual líder do governo no Senado, Roseana Sarney (PMDB-MA), é servidora do Senado graças a um "trem da alegria" de 1982 assinado pelo então senador Jarbas Passarinho. O último foi pilotado por Moacyr Dalla, em 1985, e colocou 500 pessoas na Casa.

O Senado também tem 3.500 servidores terceirizados. Na sua primeira gestão, Sarney permitiu a contratação de empresas para fornecer mão de obra à estrutura de comunicação da Casa. A Constituição, porém, permite apenas a terceirização no caso de função atípica ao serviço público.

Em 2008, o Senado gastou R\$ 128 milhões com empresas de terceirização. Vinte e nove empresas têm contratos com a Casa desde 2006.

Os gastos com servidores no Senado no ano passado foram de R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 2,6 bilhões da Câmara que tem 513 deputados e cerca de 15 mil funcionários. (AM e AC)

FMI muda empréstimos para facilitar o combate à crise (Folha de S. Paulo) **25/03/09**

Países com bons fundamentos podem tomar créditos sem seguir cartilha do Fundo

"A ideia de que o país pode sacar um volume elevado, sem monitoramento, é mudança significativa", diz Paulo Nogueira Batista Jr.

SÉRGIO DÁVILA
DE WASHINGTON

Na principal reforma em sua política de empréstimos em anos, o FMI (Fundo Monetário Internacional) anunciou mudanças que podem facilitar a liberação de empréstimos em meio à crise global para países com bons fundamentos, como o Brasil e outros emergentes.

Entre as mudanças, estão a criação de uma nova linha de crédito facilitado, a eliminação de instrumentos pouco usados e a flexibilização de mecanismos tradicionais como os acordos "stand-by".

A novidade, batizada de Linha de Crédito Flexível (FCL, na sigla em inglês), não tem limite de empréstimo, conta com prazo maior para pagamento e é destinada a países que, na avaliação do Fundo, tiverem "fundamentos muito fortes e registro de implementação de políticas", segundo o texto que anuncia a mudança.

Seu alvo são principalmente economias desenvolvidas ou emergentes que possam estar passando por dificuldades por conta de queda na exportação, fuga de capital estrangeiro ou baixa no preço de commodities, como Coreia do Sul e Brasil - embora Brasília negue que precise de dinheiro do Fundo (leia texto ao lado).

As reformas "representam mudança importante no modo como o Fundo pode ajudar seus países-membros, o que é particularmente necessário em tempos de crise", disse o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn. "A flexibilidade maior nos empréstimos aliada a condições simplificadas nos ajudarão a responder de forma eficaz às necessidades diversas de nossos membros."

A FCL substitui e simplifica modalidade similar que havia sido aprovada em outubro, ao eliminar o acesso antes limitado a 500% da quota do país e passar a duração de nove meses para cinco anos. Extingue a necessidade de o país se submeter ao receituário do Fundo para ter acesso ao empréstimo, um dos principais entraves apontados pelos governos e um dos estigmas do dinheiro do FMI.

Além disso, seu uso não é obrigatório, o que a torna uma espécie de limite de cheque especial. Sua divulgação chega no momento em que países do mundo inteiro começam a ser atingidos com mais força pela crise global e a bater na porta do FMI, encabeçados pelos países da periferia da Europa.

"A ideia de que o país pode sacar um volume elevado, sem monitoramento, sem carta de intenção, sem critério de desempenho, é uma mudança muito significativa nas práticas do Fundo", disse Paulo Nogueira Batista Jr., diretor-

executivo que representa um grupo de nove países, entre eles o Brasil. "Não tem precedentes no Fundo nem em nenhuma discussão que havia nessa área."

Além disso, houve a flexibilidade dos acordos "stand-by" tradicionais. Acabam, por exemplo, os critérios de performances estruturais, que eram as metas vinculadas ao desembolso do dinheiro. Acaba também o limite para os chamados "stand-by" preventivos, quando o país pede empréstimo sem a intenção de usar o dinheiro.

No mesmo comunicado de ontem, o FMI reafirma a necessidade de aumento de suas reservas para lidar com os desafios da crise atual. O Japão anunciou que dará US\$ 100 bilhões ao Fundo, o que elevou o total de recursos destinados à crise para US\$ 350 bilhões, e a União Europeia se comprometeu com mais US\$ 75 bilhões.

Para OIT, ação do Brasil deixa trabalhadores sem proteção (Folha de S. Paulo) 25/03/09

DE GENEVRA

Estudo divulgado ontem pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) com base nas medidas anunciadas por 32 países contra a crise concluiu que o montante destinado a pacotes de estímulo chega a US\$ 1,19 trilhão, mas que apenas 1,8% do total foi investido em ações de proteção social.

De acordo com o relatório da OIT, o Brasil é o país do G20 que gastou menos em medidas de estímulo - apenas o equivalente a 0,2% do PIB.

O ranking, que se baseia no gasto proporcional ao tamanho da economia de cada país, é liderado pela China, com 13% do PIB. Em seguida vêm Arábia Saudita (11,3%), Malásia (7,9%), EUA (5,6%), México (4,7%) e Argentina (3,9%). Somando os pacotes, o estímulo equivale a 1,7% dos PIBs combinados, abaixo dos 2% recomendados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

Segundo um dos autores do estudo, Raymond Torres, o volume de recursos "claramente não está dando conta do desafio que enfrenta".

O diretor-geral da OIT, Juan Somavía, observou que os planos econômicos anunciados até agora têm foco excessivo no resgate financeiro, mas carece de investimento social.

O relatório estima que a crise poderá gerar mais 38 milhões de desempregados no mundo.

"Há uma necessidade urgente de priorizar o tema do emprego", disse.

Somavía disse à Folha que, além de desemprego, a crise vai "achatar os salários".

De acordo com a OIT, somente 9,2% dos pacotes foram destinados ao mercado de trabalho. "Não estamos criticando os esforços para salvar os bancos", disse Somavía, reconhecendo que o mercado de trabalho depende de um sistema financeiro que funcione.

Seguro-desemprego

O levantamento da OIT mostra que o Brasil é um dos países em que os desempregados têm menos proteção social.

Segundo o estudo, 93% dos que perdem o trabalho não recebem o seguro-desemprego. A China vem logo depois, com 84%, e o Japão, com 77%.

Na cúpula do G20, no começo de abril, em Londres, a OIT propôs um "pacto mundial para o emprego". Uma das prioridades é a coordenação dos pacotes de estímulo.

Segundo Torres, se essa coordenação levar até três meses, "o mercado de empregos poderá ser retomado em 2010. Se for adiada por seis meses, a recuperação virá apenas em 2011, na melhor das hipóteses". (MARCELO NINIO)

Jornal vê Brasil como possível alvo; país nega (Folha de S. Paulo) 25/03/09

DE WASHINGTON

Embora não afirme isso, ao dirigir a nova linha de dinheiro fácil, rápido e barato apenas a países que tenham fundamentos sólidos, o FMI limita de fato seu desembolso a economias desenvolvidas ou emergentes. Jornais como o "Wall Street Journal" e o "Financial Times" especulam quanto aos nomes dos futuros clientes.

O "Journal" cita "funcionários de alto escalão do FMI" para dizer que, entre os países-alvos do novo mecanismo, estariam "México, Peru, Brasil, Cingapura, Taiwan e talvez Polônia" - o diário depois corrigiu a afirmação retirando da lista Taiwan, que não está no FMI.

"Esses países escaparam do pior da desaceleração até agora, mas estão sendo atingidos por queda nos empréstimos bancários e nas exportações. Os funcionários do FMI disseram que querem prevenir mais problemas ali, o que poderia enfraquecer bancos e exportadores europeus e dos EUA."

Já o "FT" diz que tem havido "relutância entre os países [aos quais o empréstimo se destina] de recorrer ao FMI para ajuda, especialmente na Ásia e na América Latina, por temor de que a notícia espalhe pânico nos mercados".

Não é o caso do Brasil, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele afirmou ontem que o país não vai pedir dinheiro emprestado ao FMI na nova linha de financiamento e se disse mentor do novo tipo de empréstimo. No primeiro bimestre do ano, a arrecadação federal caiu 8,5%, o que forçou o governo a cortar seu Orçamento. "O Brasil conseguiu acomodar suas necessidade de crédito. É mais importante que se dê o credito àqueles que importam do Brasil", disse Mantega.

"É uma linha que não tem condicionalidades, não precisa mandar aquela missão do Fundo para ver como ele [o país] está. Não tem aquela coisa desagradável de fazer aquela carta de intenções que o Brasil fazia no passado. É muito mais simplificado", disse Mantega.

O presidente Lula considera um feito do seu governo o fato de ter encerrado o acordo com o Fundo. "Em 2005, dissemos para o FMI: "Não precisamos mais de vocês aqui", afirmou, em fevereiro de 2008. (SD)

Tesouro vai dar subsídios de R\$ 16 bi para o bolsa-habitação (O Estado de S. Paulo) 25/03/09

Dinheiro vai para famílias com renda de até 3 mínimos, que pagarão prestações simbólicas ou receberão a casa de graça

Lu Aiko Otta e Isabel Sobral, BRASÍLIA

O governo terá R\$ 16 bilhões em recursos do Orçamento para o "bolsa habitação", o programa que subsidiará casas a prestações simbólicas para as famílias com renda de até três salários mínimos (R\$ 1.395), informam fontes da área econômica. Segundo o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, esse grupo terá "subsídio total", ou seja, a casa poderá até sair de graça.

"Será a primeira vez que o Orçamento Geral da União vai aportar um volume tão grande de recursos somente para subsídio." O dinheiro não será todo desembolsado este ano. Ele sairá dos cofres públicos ao longo dos contratos, que durarão 20 a 30 anos. No entanto, o Tesouro terá de fazer uma provisão conforme os contratos forem assinados. A expectativa dos técnicos é que o grosso do provisionamento ocorra em 2010.

O pacote da habitação, porém, contempla outras faixas de renda. Ontem, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou um novo orçamento, que destina um total de R\$ 4 bilhões para subsidiar este ano empréstimos habitacionais para os mutuários com renda entre três e seis salários mínimos. No programa inteiro, que pretende construir 1 milhão de casas num prazo indeterminado, os subsídios do FGTS chegarão a R\$ 12 bilhões.

Esses subsídios servem para baixar o juro e o valor da prestação da casa própria, segundo explicou o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Conselho, Jacy Afonso. Os recursos são entregues ao agente financeiro.

No total, o FGTS aprovou ontem um orçamento de R\$ 23 bilhões para financiamento da casa própria para as famílias com renda entre três e dez salários mínimos. Foi um acréscimo de R\$ 13 bilhões à proposta original. Além dos R\$ 4 bilhões de subsídios, haverá R\$ 19 bilhões para financiamentos com juros que variam de 5% a 8,6% ao ano.

O pacote da habitação, uma das plataformas de campanha da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República, será anunciado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva numa grande festa política. Foram convidados todos os governadores, todos os prefeitos de capitais e de cidades com mais de 150 mil habitantes, empresários do setor, senadores e deputados, além de representantes de movimentos sociais ligados à habitação. O lançamento das medidas vem sendo adiado desde dezembro do ano passado.

A construção de 1 milhão de moradias vai criar 532 mil empregos diretos, segundo estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob encomenda do governo. O impulso do pacote no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será de 0,7 ponto percentual.

"Serão medidas de grande impacto", disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "É uma alternativa para enfrentar a crise e, sobretudo, para gerar emprego", disse o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Wellington Moreira Franco.

Carlos Lupi afirmou que o pacote da habitação não põe em risco a saúde do FGTS. "Não haverá desequilíbrio porque o FGTS tem um patrimônio de R\$ 200 bilhões, está saudável e muito forte."

O Conselho Curador do FGTS também aprovou ontem um acréscimo de R\$ 3 bilhões para os projetos de saneamento e de R\$ 1 bilhão para renovação de frota de ônibus este ano. Segundo Lupi, esses dois programas criarão 260 mil empregos diretos e vão acrescentar 0,3 ponto percentual no PIB.

O pacote a ser anunciado hoje também deverá conter medidas para atender à classe média. O valor máximo dos imóveis que podem ser comprados com o saldo do FGTS do mutuário, atualmente em R\$ 350 mil, deve ser elevado. O valor mais provável, segundo técnicos, é R\$ 500 mil. Ontem à noite, Lula reuniu-se com Dilma e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Comunicação Social, Franklin Martins, para uma última revisão das medidas.

Ajuda extra será paga a 103 mil desempregados (O Estado de S. Paulo) 25/03/09

Governo libera pagamento de mais duas parcelas do seguro-desemprego para trabalhadores de 16 Estados

Gerusa Marques, BRASÍLIA

Um total de 103.707 trabalhadores demitidos em dezembro de 2008 terão direito a receber as duas parcelas extras do seguro-desemprego aprovadas pelo governo em fevereiro, segundo informou ontem o Ministério do Trabalho. O pagamento, que começará a ser feito em abril, beneficiará desempregados de 16 Estados e de 42 setores econômicos mais atingidos pela crise financeira internacional.

O maior número de beneficiados fica no Estado de São Paulo, onde 44.312 demitidos terão direito a mais dois meses do seguro-desemprego. Em segundo lugar vem Minas Gerais, com 41.402 demitidos. Os dois Estados juntos concentram 82,6% do total dos beneficiados.

As parcelas do seguro-desemprego variam de R\$ 465 a R\$ 870,01, dependendo do tempo de trabalho com carteira assinada que o trabalhador cumpriu antes de ser demitido. A legislação prevê o pagamento de três a cinco parcelas mensais aos desempregados que tenham trabalhado pelo menos por seis meses nos últimos três anos. Mas permite a ampliação do seguro para até sete parcelas para empregados de setores em que o desemprego fica acima da média em determinado período.

A indústria metalúrgica foi o setor que mais demitiu e terá 13.441 pessoas contempladas pela extensão do seguro-desemprego. O maior contingente deste segmento está em São Paulo, com 8.263 beneficiados. A indústria química e farmacêutica vem em segundo lugar, com 13.112 beneficiados, seguida do setor de comércio e administração de imóveis, com 12.935 contemplados, todos em Minas.

Também foram mais fortemente afetados pela crise a indústria têxtil, com 12.496 beneficiados, e a indústria de material de transportes (12.297 contemplados). Em seguida, vem a indústria de produtos alimentícios, com 11.353 pessoas, que receberão as parcelas extras, e a indústria mecânica, com 10.880 beneficiados, incluindo demitidos do setor automotivo.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, estima que serão necessários R\$ 126 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o pagamento das parcelas extras. Segundo ele, a extensão do seguro-desemprego só beneficiará aquelas pessoas que perderam o emprego em dezembro, porque foi um mês no qual o índice de desemprego superou a média. "Em dezembro, o impacto foi forte, com o dobro de demissões", disse Lupi. Foram fechadas 654 mil vagas, ante uma média de 300 mil demissões em meses de dezembro.

Ele afirmou, no entanto, que em janeiro, apesar do saldo negativo de 101,7 mil vagas, houve menos demissões e, em fevereiro, os números já foram positivos em cerca de 9 mil vagas no mercado de trabalho. Com base nesses dados, Lupi acredita que não será necessário conceder parcelas extras aos demitidos a partir de janeiro.

O pagamento de parcelas adicionais só poderá se repetir, segundo ele, se houver uma nova onda de demissões acima da média. Ele aposta, no entanto, que haverá uma recuperação na economia com uma "reviravolta" na geração de empregos neste mês de março. "A tendência é de uma melhora boa na empregabilidade."

Para chegar ao número de beneficiados, foram comparadas as médias de desemprego de dezembro de 2008 e de janeiro e fevereiro deste ano com o desempenho no mesmo período nos anos anteriores, desde 2003. Segundo o ministro, os setores beneficiados foram aqueles em que a geração de emprego foi 30% menor do que a média do mesmo período dos anos anteriores. Na segunda-feira, o Codefat deverá se reunir para aprovar esse pagamento adicional.

FRASES

Carlos Lupi
Ministro do Trabalho

"Em dezembro o impacto da crise global foi forte, com o dobro de demissões (foram fechadas 654 mil vagas)"

"A tendência é de uma melhora boa na empregabilidade para os próximos meses"

Novas fábricas "verdes" reduzem impacto ambiental (O Estado de S. Paulo) 25/03/09

Unidades como as da Sadia e da Coca-Cola têm iluminação solar e reutilizam água e resíduos

Andrea Vialli

Novas fábricas no País estão sendo projetadas para serem "verdes". Reúso de água, iluminação por células fotovoltaicas, mitigação de gases estufa e reaproveitamento dos resíduos estão entre as novidades das novas unidades. A tendência das construções "verdes", que já vinha sendo utilizada em condomínios e no varejo, chega, assim, à indústria.

Um exemplo é a fábrica da Sadia em Pernambuco, inaugurada na segunda-feira em Vitória de Santo Antão (PE), a 53 quilômetros de Recife. A indústria, que vai fabricar embutidos, foi um dos únicos investimentos da empresa mantidos após o agravamento da crise e a perda de R\$ 760 milhões em operações com derivativos cambiais. Segundo Gilberto Tomazoni, diretor-presidente da Sadia, a fábrica foi concebida com o objetivo de ser referência em sustentabilidade no setor de alimentação.

"O projeto prevê autossuficiência em água, uma vez que a região é carente em recursos hídricos. Cerca de 40% da água será reaproveitada internamente", diz Tomazoni. Parte da energia elétrica será suprida por painéis fotovoltaicos e haverá também um plano para qualificar trabalhadores na região.

Outra companhia que está indo nessa direção é a Coca-Cola Brasil, que tem três projetos de fábricas "verdes". Uma delas é a da Matte Leão, marca de chás adquirida pela Coca-Cola. A unidade, já em construção na Grande Curitiba e prevista para entrar em operação até julho, terá captação de água da chuva, telhados com cobertura vegetal e painéis fotovoltaicos, explica Maurício Bacellar, gerente de Relações Institucionais da Coca-Cola Brasil.

Os projetos de fábricas verdes, no entanto, podem não passar de uma boa ferramenta de marketing caso não estejam vinculados a um plano de desenvolvimento sustentável regional. "Essa tendência é positiva, mas precisa ir além. Senão, teremos só ilhas de excelência em um entorno degradado", diz Paulo Durval Branco, diretor da consultoria da área de sustentabilidade Ekobé.

Cemig apresenta o maior lucro da sua história (Gazeta Mercantil) 25/03/09

Belo Horizonte, 25 de Março de 2009 - A crise financeira internacional somente chegou aos medidores da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em dezembro último e, por conta desse providencial retardamento, a empresa pode apresentar o lucro de R\$1,9 bilhão em 2008, que foi o maior resultado operacional da sua história. Em 2005, o lucro alcançou R\$2 bilhões devido a um repasse extraordinário recebido da Agência Nacional de Energia Elétrica, referente a um reajuste tarifário diferido no valor de R\$442 milhões.

Os resultados de 2008 apresentam um crescimento de 8% sobre o lucro líquido do ano anterior. Criada pelo ex-governador Juscelino Kubitschek para dotar o estado de energia elétrica, a Cemig é hoje uma holding com 49 empresas e 10 consórcios, atuando em 15 estados brasileiros e no Chile, em todos os segmentos da energia elétrica, geração, transmissão, distribuição e comercialização, assim como na exploração e distribuição de gás natural e telecomunicações. "A despeito da crise, permanecem inalterados os nossos planos de investimentos", informou o diretor financeiro, Luís Fernando Rolla.

A empresa apresentou ontem seus resultados aos investidores por meio de uma teleconferência gerada da sua sede, na capital mineira, para 115 mil acionistas espalhados por 46 países. Uma das notícias apresentadas foi a informação de que foram iniciadas, em ritmo acelerado, as obras da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira, no estado de Rondônia com potência de três mil megawatts e na qual a Cemig tem a participação de 10% do investimento.

Além da presença nessa mega-usina, a Cemig participa hoje com 49% no capital de seis pequenas centrais hidrelétricas entre elas a de Cachoeirão (27MW), no rio Manhuaçu. Também adquiriu 40% de um parque eólico no Ceará, no valor de R\$213 milhões, com potência de cerca de 100 megawatts que começa a operar dentro de 90 dias. Ainda no setor de investimentos, uma das suas subsidiárias, a Gasmig, que tem o seu capital compartilhado com a Petrobras, irá investir R\$789 milhões nos próximos dois anos com o objetivo de construir um total de 500 quilômetros de gasoduto no Sul de Minas e no Vale do Aço. Nesta última região, o propósito é o de atender um importante conjunto de empresas siderúrgicas, entre elas a ArcelorMittal, e a Usiminas, além da fábrica de celulose Cenibra.

A Cemig Distribuição, que é uma das principais subsidiárias do grupo, que distribui eletricidade a mais de seis milhões de consumidores em Minas, foi obrigada, por decisão do governo federal, a reduzir suas tarifas em 12% desde abril passado. A medida beneficiou a população e atividades industriais, mas resultou na redução de quase 8% no lucro da empresa. Caso não houvesse essa redução o lucro da Cemig seria absolutamente maior que o de 2005, a despeito da receita não recorrente daquele ano. Esse efeito negativo, do ponto de vista da receita, segundo Rolla, foi compensado com o desempenho de outras empresas do holding, como a Cemig e a Light. Esta última é a distribuidora de eletricidade que atua na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Esta empresa, por sua vez, poderia ter apresentado um desempenho ainda melhor, não fosse o sistemático roubo de energia, conhecido como gato e já denunciado por sua diretoria nos meios de comunicação.

O Ebtida, indicador que mede a geração de caixa operacional da Cemig, apresentou um crescimento de 1%. O dirigente explicou que a companhia continuou a apresentar uma geração de caixa expressiva. "Nosso Ebtida alcançou a cifra de R\$4,1 bilhão, com uma margem que atingiu 38%, patamar em linha com os valores estimados em nossas projeções financeiras", declarou. O programa de investimentos da empresa informa que em 2009 serão aplicados uma média de R\$670 milhões a cada ano até 2012. A empresa informou que o empresário Sérgio Barroso, que dirigiu a Cargill por nove anos foi empossado como seu presidente do Conselho de Administração.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Durval Guimarães)

Mercado de gás entra em colapso (Gazeta Mercantil) 25/03/09

Houston (EUA), 25 de Março de 2009 - O declínio nos preços do óleo bruto ganha todas as manchetes, mas o primeiro excedente de gás natural globalizado está motivando um colapso ainda mais drástico no custo do gás de cozinha, de calefação e de uso industrial nos EUA e em muitos outros países. Seis usinas gigantes, capazes de esfriar e liquefazer gás para exportação, devem entrar em operação este ano no momento em que as economias dos países asiáticos e europeus que importam a maior parte do gás de uso industrial estão desacelerando.

Os especialistas e os executivos da área energética dizem que isso significa que os carregamentos de gás do Catar, Egito, Nigéria e Argélia, que em outros tempos seriam transportados para o Japão, Coreia, Taiwan e Espanha, estão começando a chegar em supertanques nos Estados Unidos, mesmo que haja excesso de gás aqui também.

O gás natural no mercado norte-americano custa um pouco mais de US\$ 4 por mil pés cúbicos, abaixo do auge de mais de US\$ 13 no ano passado. O óleo agora custa um pouco mais do que US\$ 51 o barril, abaixo do pico de mais de US\$ 145 em julho. Em média, os preços mundiais para pagamentos à vista das cargas de GNL acumularam perdas de mais de dois terços desde o terceiro trimestre de 2008.

Os preços do gás natural provavelmente não descerão mais, dizem os analistas, mas o aumento nas importações pode mantê-los baixos até a economia global se recuperar e retomar a demanda.

Essa é uma boa notícia para os consumidores e para muitas empresas americanas, já que o gás fornece cerca de um quinto da energia gerada pelas empresas de energia elétrica e é um componente vital para os fertilizantes, plásticos e outros produtos industriais. Mas é má notícia para aqueles que defendem a independência energética, que incentivaram a expansão da perfuração e a produção de gás nacional nos últimos quatro anos.

Os executivos do setor de gás acreditam que as importações de gás natural liquefeito (GNL) nos EUA no mínimo triplicarão no segundo semestre deste ano. Esse aumento chega quando os produtores nacionais reduziram a quantidade de equipamentos de perfuração nos campos de gás natural pelo país em 50% nos últimos meses em função da queda dos preços, resultando num inesperado recuo da produção antes do fim do ano.

Normalmente, o declínio da produção gera alta do preço do gás, conduzindo a uma eventual recuperação na atividade de perfuração. Mas os executivos do setor dizem que o aumento das importações vão provavelmente atrasar a recuperação na produção, que até agora dependeu quase inteiramente das forças nacionais de mercado.

Bolha mundial de gás

"Os EUA costumavam ter bolhas no mercado de gás por si mesmos, agora o mundo pode ter uma bolha de gás", disse Donald Hertzmark, um consultor que assessora empresas energéticas sobre projetos internacionais de gás. "Nos próximos anos, o mercado globalizado de gás exercerá influência moderada sobre os preços de gás aqui nos EUA".

Para Hertzmark, o declínio nos preços do gás significará uma grande estímulo para as economias nacional e mundial. Os executivos do setor petrolífero norte-americano veem isso de outra forma.

Rodney Waller, vice-presidente sênior da empresa de óleo e gás Range Resources, classificou a alta prevista nas importações de GNL como parte de uma "pilha" de problemas, como as quedas da demanda, dos preços e do crédito que incomodam as empresas que elevaram seus orçamentos de exploração e produção nos últimos anos para atender a expansão da demanda. "Sempre que forçamos a queda dos preços, diminuimos a capacidade das empresas independentes americanas de ampliar as reservas e a produção nacionais", ele disse. Ele advertiu que algumas empresas de pequeno e médio porte de óleo e gás "com dificuldade para pagar suas dívidas agora serão simplesmente empurradas para a beirada".

O gás está se tornando uma commodity global como o petróleo. Ainda está livremente ligada aos preços mundiais referenciais de óleo e seu preço, normalmente estabelecidos por contratos de longo prazo em outros países, exceto para os EUA e Grã-Bretanha, podem mudar bastante de um continente para outro. Até alguns anos atrás, o GNL era uma necessidade cara para países que não produziam seus próprios estoques ou tinham acesso para reservas canalizadas; mas agora é uma força motora econômica barata para países como o Japão, com poucos recursos energéticos.

Mas à medida que mais terminais forem construídos, cresce a quantidade de gás que é transportado de um continente para outro em navios-tanques gigantes. E agora o desenvolvimento do mercado global para o gás está prestes a dar um passo gigantesco. A capacidade global para as exportações de GNL de 200 milhões de toneladas ao ano aumentará em 25% com a conclusão de seis novas usinas no Catar, Rússia, Indonésia e Iêmen, totalizando US\$ 48 bilhões em investimentos, e com a modernização de uma sétima usina na Malásia.

As empresas nacionais de energia nesses países, assistidas pela ExxonMobil, Total, BP e Shell, apressaram a construção desses projetos nos últimos anos para satisfazer o apetite crescente por energia no mundo. Mais grandes usinas entrarão em operação em 2010 e 2011.

"Nós tivemos muitos anos de demanda sempre em alta, então o mundo estava preparado para isso, mas não para essa recessão econômica de alcance e impacto globais", disse Darcel L. Hulse, presidente e diretor-executivo da Sempra, divisão da Sempra Energy, que opera um terminal de importação no México e finaliza a construção de uma instalação na Louisiana. "É isso que tem exacerbado tanto o desequilíbrio de oferta e da demanda".

Alguns analistas dizem que as empresas podem retardar a conclusão de alguns dos novos projetos de terminais de exportação. "As empresas vão querer colocá-los em operação porque querem recuperar seus investimentos feitos para quatro a cinco anos e liquidar suas dívidas", disse Nikos Tsafo, analista da PFC Energy, uma consultora que assessora os governos e as empresas energéticas.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(The New York Times)

Senado pede gasolina mais barata a Gabrielli (Gazeta Mercantil) 25/03/09

Brasília, 25 de Março de 2009 - O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, foi cobrado ontem em audiência no Senado sobre os preços dos combustíveis, classificados como altos em relação à média internacional, mas disse que a companhia vai aguardar para eventuais mudanças. "Temos hoje uma defasagem, em relação à média internacional, gigantesca. E ao meu ver, e pela exposição própria que Vossa Senhoria acabou de dizer, em função de caixa da Petrobras, que ela não está realizando (a redução)", disse o senador Tasso Jereissati. Gabrielli repetiu que a empresa só fará mudanças nos valores quando o mercado se estabilizar, acrescentando que no momento a tendência dos preços do petróleo é de alta, e não de baixa. "A empresa vai se ajustar no longo prazo aos preços internacionais, isso é inevitável. Não é porque o governo precisa reduzir a inflação e etc que nós vamos fazer uma política ou outra", afirmou Gabrielli, que voltou a citar impostos e margens de lucro na distribuição como fatores do custo elevado ao consumidor.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Reuters)

Petrobras vai extrair hidrogênio da biomassa (Gazeta Mercantil) 25/03/09

São Paulo, 25 de Março de 2009 - A Petrobras anunciou ontem, ao lado da Ergostech e da japonesa Sapporo, o lançamento de um projeto conjunto no Brasil para extrair hidrogênio de sobras de biomassa e utilizá-lo depois como energia.

De acordo com a Sapporo, é a primeira vez na história que se tenta tirar hidrogênio dos restos de biomassa por meio de uma instalação de extração piloto com um espaço interno de apenas 1 metro cúbico.

O experimento tentará dar um passo adiante nas tentativas de conseguir baratear a produção de hidrogênio, considerado por muitos o combustível ecológico do futuro. As três empresas iniciarão o projeto de forma provisória e como passo prévio à comercialização do hidrogênio que consigam produzir.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Redação/InvestNews)

Queda na demanda fará geração de energia crescer apenas 3% (Gazeta Mercantil) 25/03/09

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2009 - A crise global que reduziu a demanda por energia no Brasil vai abater pela metade o aumento verificado no ano passado na geração de energia elétrica, que deverá crescer entre 2% e 3% em 2009, ante 5% de 2008 em relação a 2007, previu o diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Hermes Chipp. Com isso, a carga média que será movimentada no ano deve ser de 53 mil megawatts, contra 55 mil megawatts em 2008.

"Acho que vamos voltar ao crescimento original do sistema a partir de 2010", previu Chipp durante seminário do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel). Chipp destacou que em fevereiro e março o sistema deu sinais de recuperação em relação a perdas acumuladas desde novembro do ano passado, quando começou a encolher tanto em relação ao mês anterior quanto na comparação anual, influenciadas por uma queda acentuada no setor industrial.

"Fevereiro e março podem representar já uma reação. A tendência começou a crescer em fevereiro e os dados preliminares de março confirmam isso", disse Chipp a jornalistas após participar do seminário realizado no Rio. "A redução de impostos promovida pelo governo para a compra de carros e outros e a pequena melhora no crédito deram uma reversão no processo", acrescentou o diretor do ONS.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico vai se reunir hoje e deve aliviar os níveis de segurança do sistema, informou. O Comitê estabelece em que nível de água os reservatórios das hidrelétricas devem estar cheios para que sejam acionadas as usinas térmicas. O nível meta para este ano estabelecido em novembro passado era de 53% dos reservatórios do Sudeste e do Centro Oeste, mas com a queda da demanda e a grande quantidade de chuva, Chipp aposta que será possível uma redução desse objetivo para 47% ou menos.

"Acho que a gente pode se dar ao luxo esse ano e atingir os níveis necessários sem fazer grandes esforços", disse ele "Este ano vamos acionar bem menos térmicas. Serão também menos à óleo e mais à gás natural", adicionou.

Exportação para argentina

O diretor geral do ONS informou que a partir de maio o Brasil vai voltar a exportar energia para a Argentina. O volume para atender o período de maior demanda do país vizinho deve oscilar entre 500 a 1000 megawatts entre maio e setembro. "Isso deve ocorrer por mais anos até que eles resolvam o problema de gás natural, que não é rápido", afirmou Chipp, que defendeu a criação de um mercado de negociação de energia entre os países da América do Sul. "Acho que assim você não corre o risco de não haver a devolução. Somos também um continente pobre. Se tem energia mais barata lá manda para cá ou vice-versa", frisou.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Reuters)

BNDES amplia compras de participação em empresas (Valor Econômico) 25/03/09

Vera Saavedra Durão, do Rio

A intenção do banco, que já é dono da maior carteira de ações do país, é reforçar seu arsenal anticrise

O BNDES elegeu 2009 como o ano da renda variável: vai aproveitar o mau momento dos mercados para ampliar o aporte de capital em empresas. A intenção é reforçar o arsenal anticrise do banco principalmente no apoio aos processos de consolidação de companhias como VCP-Aracruz e BRT- Oi. O BNDES é dono da maior carteira de ações do país - quase R\$ 60 bilhões -, com participações concentradas nos setores de petróleo e gás, energia elétrica e mineração. Por meio de sua subsidiária de participações, a BNDESPar, tem presença direta e indireta em mais de 300 empresas - em 186, está presente no capital e em outras 120 participa por meio de seus 35 fundos de investimento.

Eduardo Rathfingerl, diretor da área de mercado de capitais do banco, não menciona o montante dos investimentos que serão realizados. Em 2008, segundo ele, a carteira de renda variável do banco bateu recorde, girando R\$ 21,8 bilhões em compra e venda de ações. Deste total, R\$ 14 bilhões foram gastos com operações de aquisição de participações em novas empresas.

A política de investimento em ações do banco hoje dá prioridade a empresas dos setores de infraestrutura e inovação e aos processos de consolidação e internacionalização de empresas. Neste mês, o banco colocou R\$ 150 milhões na LLX, empresa de logística do grupo EBX, de Eike Batista, para ter uma participação de 12,05%, pois considera o projeto de construção de dois portos no litoral fluminense muito importante para as exportações brasileiras.

Para Rathfingerl, o setor de inovação está repleto de pequenas e médias empresas que necessitam de mecanismos de financiamento adequados para crescer, tanto de renda fixa quanto de renda variável. E, num ano de crise financeira, as consolidações de empresas estarão no "foco". Os setores de frigoríficos e de etanol são candidatos óbvios.

Desde o início do ano, o BNDES participa de um dos maiores processos de consolidação em curso no país, o da Aracruz e VCP. Segundo Rathfingerl, a instituição terá uma participação importante na nova empresa (um relatório do Goldman Sachs fala em 29%). Também está em processo de definição a fatia do BNDES na nova empresa que resulta da fusão de BRT e Oi. "Entraremos com percentual próximo de 17%", disse.

BNDES foca aporte de capital para fortalecer empresas na crise (Valor Econômico) 25/03/09

Vera Saavedra Durão, do Rio

Rathfingerl, do BNDES: "Como o mercado continua ruim, optamos por eleger 2009 como o ano da renda variável" O BNDES decidiu aproveitar o mau momento dos mercados para ampliar o aporte de capital em empresas. Este movimento, iniciado em 2008 após a quebra do Lehman Brothers, será uma das prioridades da instituição este ano. A intenção é reforçar o arsenal anticrise do banco principalmente no apoio aos processos de consolidação de companhias como VCP/Aracruz e BRTelecom/Telemar. Dono da maior carteira de ações do país, avaliada em quase R\$ 60 bilhões, com participações concentradas nos setores de petróleo e gás, energia elétrica e mineração, o BNDES, através de sua subsidiária de participações a BNDESPar, tem presença direta e indireta em mais de 300 empresas - em 186, ela está presente no capital, enquanto em outras 120 ela participa através de seus 35 fundos de investimento.

"No ano passado estávamos fazendo uma grande reciclagem da carteira do ponto de vista do investimento e do desinvestimento quando veio a crise, e então paramos com os desinvestimentos [venda de ações]. Como o mercado continua ruim, optamos por eleger 2009 como o ano do investimento em renda variável", disse Eduardo Rathfingerl, diretor da área de mercado de capitais do banco ao Valor.

O executivo evitou falar quanto a BNDESPar pretende investir até dezembro em aporte de capital. "É muito difícil estabelecer uma meta de reciclagem da carteira", afirmou. Em 2008, segundo ele, a carteira de renda variável do banco bateu recorde girando R\$ 21,8 bilhões em compra e venda de ações. Deste total, R\$ 14 bilhões foram gastos com operações de aquisição de participações acionárias em novas empresas e R\$ 8 bilhões com vendas de ações com destaque para papéis da CSN, da ArcelorMittal e Aços Villares.

A política do banco de investir em ações ganhou força na gestão de Luciano Coutinho, após ter sido retomada com a chegada de Guido Mantega à presidência do banco. Hoje, ela prioriza empresas dos setores de infraestrutura e inovação e os processos de consolidação e internacionalização de empresas. "Estas são as nossas prioridades fortes", ressalta Rathfingerl.

A infraestrutura foi selecionada porque continua com vários projetos "inelásticos", como os de energia, concessões rodoviárias e portos. Este mês, o banco aportou R\$ 150 milhões na LLX, empresa de logística do grupo EBX de Eike Batista, para ter uma participação de 12,05% na companhia, pois considera o projeto de construção de dois portos no litoral fluminense muito importante para desengargalar as exportações brasileiras.

O setor de inovação, que Rathfingerl confessa ser o seu "xodó", também está cheio de empresas de tamanho pequeno e médio que necessitam de mecanismos de financiamento adequados tanto de renda fixa, quanto de renda variável para crescer. E num ano difícil de crise financeira as consolidações de empresas vão estar no "foco" da área de renda variável do banco, como já está acontecendo, avisa Rathfingerl. A internacionalização das empresas sempre vem depois da consolidação, pressagia.

Desde o início do ano, o BNDES participa ativamente de um dos maiores processos de consolidação em curso no país, o da Aracruz Celulose e VCP. Rathfingerl adiantou que a instituição terá uma participação importante na nova empresa (relatório do Goldman Sachs fala em 29%). "Esta companhia [que está surgindo da fusão das duas gigantes de celulose] é resultado de pelo menos umas 50 operações que foram feitas ao longo de 40 anos com participação acionária do BNDES", lembra.

Ele revelou que o banco impôs uma condição à VCP e Aracruz para entrar na operação. "Dissemos a eles: 'Resolvam os derivativos que a gente entra'", relatou o diretor da área de mercado de capitais. "Jamais entraríamos antes disto", acrescentou. A seu ver, participar do capital da maior empresa de celulose do mundo é a realização de um velho sonho do BNDES. "Isto para nós (banco) é o ápice de um sonho coroado com uma boa governança. A nova empresa vai unificar ações e vai para o novo mercado. Isto é muito importante".

Outra fusão que teve suporte e estímulo do BNDES foi a da BRTelecom com a Telemar. Ainda está em processo de definição a participação do BNDES na nova empresa. "Vamos entrar com percentual próximo de 17%", disse Rathfingerl. O BNDES tem 31% no capital da Telemar Participações e mais 3% no capital total da Brasil Telecom. Até o final do semestre, o restante de suas ações que ultrapassar sua nova participação será leiloada entre Funcef e Petros.

A negociação entre Sadia e Perdigão com vistas a uma futura fusão, como vem sendo noticiado, também poderá contar com o apoio do banco. "Esta negociação não está passando pelo BNDES", garante o diretor de mercado de capitais. Mas ele foi enfático ao dizer que o banco não negará apoio a esta operação se for procurado pelas duas empresas. "Este assunto não está aqui. Estamos acompanhando as discussões e se elas chegarem a alguma solução de consolidação e vierem nos pedir apoio, a gente dá", acrescenta.

Os setores de frigoríficos e de etanol também são vistos como passíveis de consolidação dado o impacto da crise sobre a demanda de carne e etanol. O banco tem ações em empresas de álcool e etanol, como a Brenco, na qual entrou no final do ano passado, e a Santa Elisa Vale. Há dois anos apoia os frigoríficos por considerar que o setor tem "inegáveis vantagens comparativas". Além de garantir o processo de internacionalização do grupo JBS Friboi, o BNDES aportou capital na Bertin S/A (26,92%), na Marfrig Frigoríficos (14,66%) e mais recentemente na Independência Participações S/A (13,89%), que pediu recuperação judicial.

A quase falência do Independência pegou o banco de surpresa. Rathfingerl contou que o BNDES ainda não participava do conselho do Independência quando a empresa tomou esta decisão. " Fizemos uma auditoria rigorosa para entrarmos na empresa, que chegou até a colocar bônus no mercado internacional no ano passado", informou. Ele admite que nas operações de renda variável este tipo de coisa pode acontecer, mas do ponto de vista do BNDES "são casos esporádicos".

O executivo enfatiza que para o banco a decisão de aportar capital numa empresa passa por uma visão de longo prazo e do que o país precisa. "Participar do capital nos permite ter uma espécie de periscópio, uma visão mais clara da estratégia da companhia e uma participação na sua governança através dos conselhos". Rathfingerl informou que o banco nunca adquire o controle das empresas das quais é sócio. "Nossa fatia de capital geralmente tem um percentual máximo de 30%, e costumamos ter uma estratégia de saída da companhia que não prejudique sua curva de crescimento".

Demanda por energia pode cair até 2 mil MW (Valor Econômico) 25/03/09

Rafael Rosas, Valor Online, do Rio

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, acredita que a demanda por energia no país em 2009 pode cair entre 1,5 mil megawatts (MW) médios e 2 mil MW médios em relação à previsão inicial, reflexo

direto da crise financeira. A expectativa de Chipp é de que a demanda fique em torno de 53,5 mil MW médios, enquanto a projeção anterior era de 55 mil MW médios.

Chipp, que participou de seminário organizado pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, ressaltou que, mesmo com a queda da previsão, o movimento deverá ser de alta de 2% em relação ao consumo no ano passado. Ele disse que a partir de novembro o ONS notou uma queda na demanda tanto na comparação com o mês anterior, quanto em relação a igual período de um ano antes, movimento que começou a se inverter em fevereiro e março.

"Achamos que em fevereiro pode ter começado uma reação", disse Chipp. "As medidas tomadas pelo governo, com redução de impostos e mais facilidades para financiamento, ajudaram a reverter o quadro."

Chipp explicou que a queda da demanda em relação ao inicialmente projetado deverá levar o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) a decidir por uma folga maior para os reservatórios das hidrelétricas, nível que será implementado a partir de abril. Pela projeção anterior, os níveis mínimos dos reservatórios do Sudeste-Centro-Oeste deveriam ficar em 53% para garantir capacidade de geração caso ocorra o segundo pior período úmido da história. Agora, caso se confirme a redução de 1,5 mil a 2 mil MW médios na demanda projetada, 53% seriam suficientes para suportar a pior seca da história, enquanto, para encarar o segundo pior período úmido, o nível dos reservatórios poderia atingir 47% da capacidade.

Chipp revelou que o Ministério de Minas e Energia deve terminar ainda este ano estudo para adoção de pagamento baseado em disponibilidade e risco na exportação de energia para países vizinhos da América do Sul. Segundo Chipp, o objetivo é acabar com o atual sistema, que estipula o envio da energia durante um período do ano e a posterior devolução. "A América do Sul é um continente pobre para se dar ao luxo de só trocar energia com devolução. Se a energia é mais barata em um determinado local, deve ser enviada para outros", explicou.

"Já que não há energia suficiente para fazer contratos firmes, como acontece na Europa, devemos pelo menos comercializar no curto prazo em função da disponibilidade e do risco que vier a ser definido", acrescentou.

Chipp ressaltou que a adoção de um novo sistema de pagamento depende não apenas do estudo realizado pelo ministério, mas de acordos posteriores fechados entre os países.

FHC ataca PAC e loteamento da máquina pública (Valor Econômico) 25/03/09

Sergio Lamucci, de São Paulo

FHC explica por que não unificou os projetos sociais como o Bolsa Família: "Não quis utilizar politicamente o processo." O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso voltou ontem a fazer pesadas críticas ao governo Lula, chamando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de "Programa de Aceleração da Comunicação" e defendendo a "descupinização" da máquina pública. "O governo Lula está dando passos atrás no processo de profissionalização da administração pública e de separação entre o interesse partidário e o público, entre o interesse privado e o público", disse, atacando também a atitude do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ante a corrupção. Fernando Henrique participou ontem de seminário promovido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio) para discutir os 15 anos do Plano Real.

O ex-presidente tratou o PAC como um instrumento de propaganda do governo, atacando também o que considera a falta de foco do plano. Segundo FHC, em seu governo a União também investia em geral menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), mas havia mais eficiência. Ele citou o Avanço Brasil, programa de sua administração que "tinha controle efetivo de gerência", com prioridade a 50 a 60 projetos. "Sabe quantos projetos são prioridade hoje? São 2.000. Você acha que 2.000 projetos podem ser prioridade?", disse FHC, para quem há um uso político do plano. "O PAC é o Programa da Aceleração da Comunicação. Inaugura obra que não está feita, o presidente viaja, faz discurso, leva a tiracolo a... não sei se é candidata. Uma pessoa", alfinetou ele, numa alusão à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a preferida de Lula para concorrer à Presidência em 2010 pelo PT.

FHC também não poupou críticas ao tratamento dado pelo presidente à administração pública, que marcaria um retrocesso em relação às práticas adotadas no seu governo, entre 1995 e 2002, quando teria ocorrido uma mudança na gerência de empresas como a Petrobras e o Banco do Brasil. O atual governo não teria o mesmo compromisso, segundo Fernando Henrique - "Continua a mentalidade antiga de que o arbítrio político deve determinar o

comportamento dos agentes econômicos." Para FHC, a resistência da administração Lula ao papel de independência das agências reguladoras é um sinal claro dessa tendência.

O ex-presidente defendeu a "descupinização" do setor público, de modo a combater "o filhotismo, o clientelismo e o partidarismo" que infestariam o governo. "A máquina é boa, tem gente boa e competente lá, mas o cupim pega", disse FHC, para quem essa é uma área em que o governo Lula seguiu por um caminho bem diferente do trilhado na administração tucana. Ele também manifestou preocupação quanto à situação fiscal, por considerar que o governo assumiu gastos elevados num momento em que as receitas vão cair, devido à desaceleração da economia.

FHC também enfatizou a necessidade de o país reduzir a corrupção, "botando na cadeia quem é corrupto". "Não dá para continuar no país uma situação em que toda a população sente que a lei não é igual para todos. Alguns transgridem a lei e não acontece nada. O pior é quando o presidente da República vem e abençoa o infrator, dizendo: 'Não, não foi nada, não, não é tão grave assim.'" FHC disse ainda que, por ser endêmica, também houve corrupção no seu governo e em governos anteriores. "A diferença é que não passei a mão na cabeça de corruptos. Não houve um momento em que a alusão a conversas de corrupção não tenha sido seguida de demissão."

Fernando Henrique também reservou alguns - poucos elogios - a Lula. Disse que a "sagacidade" do presidente o fez manter os rumos da política econômica e resistir a pressões por mudanças. Ele ressaltou também que o Bolsa Família é a unificação de quatro programas de transferências condicionadas de renda existentes em seu governo - o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Segundo ele, já havia estudos para unificá-los em sua administração. "Eu tinha dúvidas porque não quis utilizar politicamente esse processo."

Lucro da Cemig sobe 8,3%, para R\$ 1,887 bilhão em 2008 (Valor Online 18:26h) 24/03/09

Valor Online

SÃO PAULO - A Cemig fechou 2008 com lucro líquido de R\$ 1,887 bilhão, o que representa alta de 8,3% em relação ao resultado de 2007, quando o ganho líquido foi de R\$ 1,743 bilhão. Segundo a companhia, o desempenho do mercado de energia amenizou o impacto negativo da revisão tarifária no resultado da companhia mineira. O lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização (Lajida) subiu 1% no ano e totalizou 4,099 bilhões. A receita líquida também teve ligeira melhora, passando de R\$ 10,245 bilhões para R\$ 10,890 bilhões em 2008. As despesas operacionais diminuíram para R\$ 776 milhões, ante R\$ 983 milhões apurados em 2007.

Considerando apenas o quarto trimestre, o lucro líquido somou R\$ 281 milhões, com aumento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2007. O Lajida caiu 13%, para R\$ 848 milhões, mas a receita operacional líquida subiu 0,8%, para R\$ 2,755 bilhões. As despesas avançaram 4,3%, para R\$ 1,981 bilhão, devido a despesas com PPD de R\$ 10 milhões e reajuste salarial em novembro.

Voltando ao resultado anual, o endividamento consolidado da empresa, com prazo médio de 4,3 anos, fechou 2008 em R\$ 7,345 bilhões. O custo médio da dívida foi de 8,9% em 2008, sendo que a maior parte da dívida (70%) é indexada pelo CDI.

Em sua apresentação de resultados a companhia informa que prevê o pagamento de dividendos referente a 2008 no total de R\$ 944 milhões, ou R\$ 1,90 por ação e apresenta uma proposta para aumento de capital em R\$ 620 milhões. O patrimônio líquido da empresa somou R\$ 9,352 bilhões no ano passado, com aumento de 11% ante 2007, e reserva de capital de R\$ 3,983 bilhões. A empresa afirma que pretende usar o caixa remanescente para realizar aquisições. A posição de caixa da companhia cresceu 10,5% no ano e somou R\$ 2,2 bilhões.

Os investimentos feitos pela companhia em 2008 somaram R\$ 1,353 bilhão e estão previstos para este ano outros R\$ 970 milhões, além de R\$ 494 milhões adicionais em aumento de participação da TBE e aquisição de 49% em três plantas eólicas no valor de R\$ 213 milhões. Esses aportes adicionais ainda devem ser homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Apesar do bom resultado, a empresa está colocando em prática um programa de eficiência para economizar R\$ 200 milhões por ano a partir de 2010. Além de forte redução de custos operacionais e otimização de processo, a empresa deu início no último dia 11 a um Programa prêmio de Desligamento, de caráter permanente, livre e espontâneo. Desde o dia 31 de dezembro a empresa informa que registrou adesão de 486 funcionários.

Aneel atualiza queda em tarifa de Cemig e CPFL Paulista (Estadão Online 20:06h) 24/03/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou hoje as atualizações dos percentuais de revisão tarifária das distribuidoras Cemig e CPFL Paulista. Para a empresa paulista, foi aprovada, no ano passado, uma redução média provisória de 13,69%. A redução, agora, foi ampliada para 14,07%. No caso da Cemig, a revisão nas tarifas passou de redução de 18,09% para redução de 19,62%.

A Aneel atualizou os números porque, após o anúncio das revisões provisórias, no ano passado, aprovou mudanças nas regras para o cálculo das revisões tarifárias. Os novos números anunciados hoje levam em conta essas adaptações. As diferenças em relação aos percentuais que estavam em vigor serão incorporadas nos próximos reajustes de tarifas das empresas, a serem calculados na semana que vem.

A Aneel reajustou também tarifas de duas distribuidoras de energia de Santa Catarina: Empresa de Força e Luz João Cesa (EFLJC) e Empresa Força e Luz de Urussanga (EFLUL). Os novos valores entram em vigor na próxima segunda-feira. Para a João Cesa, a Aneel autorizou reajuste de 9,35% para as residências e de 3,21% para as indústrias. No caso da Urussanga, os clientes residenciais terão aumento de 0,51% e os industriais, de 0,92%.

A Urussanga abastece 4,3 mil unidades de consumo no município de Urussanga (SC). Já a João Cesa leva energia às 2,3 mil unidades de consumo de Siderópolis.

Petrobras e petroleiros voltam a discutir greve na quarta-feira (Estadão Online 19:50h) 24/03/09

REUTERS

RIO - Terminou sem acordo entre Petrobras e petroleiros a reunião de cerca de quatro horas realizada nesta terça-feira para discutir a greve dos trabalhadores, apesar de alguns avanços na proposta da estatal sobre participação nos lucros e segurança no trabalho, informou um representante dos grevistas.

Segundo o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antonio de Moraes, as negociações irão prosseguir na quarta-feira e a greve continua mantida até sexta.

"A empresa avançou em alguns pontos de segurança e subiu a participação nos lucros de 4,17 para 4,3 por cento", informou o sindicalista à Reuters. O lucro da Petrobras em 2008 foi recorde, de 32,9 bilhões de reais.

Os petroleiros entraram em greve de cinco dias na segunda-feira e a Petrobras teve que implantar um plano de contingência, para garantir a normalidade do abastecimento de combustíveis no país.

Em nota após a reunião, os petroleiros convocaram os grevistas a persistirem no movimento de greve até um possível acordo com a estatal.

Segundo informação da FUP, os petroleiros de todas as unidades de refino estão parados, assim como na grande maioria dos terminais, oleodutos e gasodutos da Petrobras.

A Petrobras no entanto nega a informação.

"Todas as operações da Petrobras estão dentro da normalidade", afirmou a assessoria da companhia, que confirmou a continuidade da reunião na quarta-feira.

Também na quarta-feira, segundo a FUP, os funcionários da BR Distribuidora vão avaliar se realizam paralisação de 24 horas na sexta-feira, em apoio aos petroleiros.

(Por Denise Luna)

ONS prevê alta entre 2% e 3% na geração de energia este ano (Estadão Online 13:42h) 24/03/09

REUTERS

RIO DE JANEIRO - A crise global que reduziu a demanda por energia no país vai abater pela metade o crescimento verificado no ano passado na geração de energia elétrica, que deverá crescer entre 2 e 3 por cento em 2009 contra 2008 ante 5 por cento de 2008 em relação a 2007, previu o diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Hermes Chipp.

Com isso, a carga média que será movimentada no ano deve ser de 53 mil megawatts, contra 55 mil megawatts em 2008.

"Acho que vamos voltar ao crescimento original do sistema a partir de 2010", previu Chipp durante seminário do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

Chipp destacou que em fevereiro e março o sistema deu sinais de recuperação em relação a perdas acumuladas desde novembro do ano passado, quando começou a encolher tanto em relação ao mês anterior quanto na comparação anual.

"Fevereiro e março podem representar já uma reação. A tendência começou a crescer em fevereiro e os dados preliminares de março confirmam isso", disse Chipp a jornalistas após participar do seminário.

"A redução de impostos promovida pelo Governo para a compra de carros e outros e a pequena melhora no crédito deram uma reversão no processo", acrescentou o diretor do ONS.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico vai se reunir na quarta-feira e deve aliviar os níveis de segurança do sistema, informou. O Comitê estabelece em que nível de água os reservatórios das hidrelétricas devem estar cheios para que sejam acionadas as usinas térmicas.

O nível meta para esse ano estabelecido em novembro passado era de 53 por cento dos reservatórios do Sudeste e do Centro Oeste, mas com a redução da demanda e a grande quantidade de chuva, Chipp aposta que será possível uma redução desse objetivo para 47 por cento ou menos.

"Acho que a gente pode se dar ao luxo esse ano e atingir os níveis necessários sem fazer grandes esforços", disse ele "Esse ano vamos acionar bem menos térmicas. Serão também menos à óleo e mais à gás natural", adicionou.

ARGENTINA

O diretor geral do ONS informou que a partir de maio o Brasil vai voltar a exportar energia para a Argentina. O volume para atender o período de maior demanda do país vizinho deve oscilar entre 500 a 1000 megawatts entre maio e setembro.

"Isso deve ocorrer por mais anos até que eles resolvam o problema de gás natural, que não é rápido", afirmou Chipp, que defendeu a criação de um mercado de negociação de energia entre os países da América do Sul.

"Acho que assim você não corre o risco de não haver a devolução. Somos também um continente pobre. Se tem energia mais barata lá manda para cá ou vice-versa", frisou.

(Por Rodrigo Viga Gaier)

Suíça pedirá contrapartidas para colaborar em investigação (Estadão Online 16:01h) 24/03/09

País vai condicionar cooperação com o Brasil nas investigações sobre banqueiros do UBS e do Credit Suisse

Jamil Chade, correspondente de O Estado de S. Paulo

GENEBRA - A Suíça pode ter flexibilizado seu segredo bancário, mas alerta que vai condicionar qualquer cooperação com o Brasil nas investigações sobre os banqueiros do UBS e do Credit Suisse, acusados em São Paulo por ter colaborado com lavagem de dinheiro. Nesta terça-feira, 24, a ministra de Justiça da Suíça, Eveline Widmer-Schlumpf, afirmou que pedirá contrapartidas do Brasil se receber um pedido de cooperação nesses casos envolvendo os banqueiros. Ela ainda confirmou que as investigações sobre suspeitas de pagamentos de propina da Alstom envolvem ligações com o Brasil.

Há uma semana, pressionada pelos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, a Suíça revelou que estaria disposta a rever parte de seu segredo bancário para responder às demandas de países por assistência jurídica em caso de fraudes. Mas, nesta terça-feira, 24, a ministra deixou claro que a flexibilização mudará pouco o comportamento do governo.

"A cooperação é uma questão de reciprocidade", afirmou. Ela confirmou que seu departamento estava "acompanhando" o caso dos banqueiros suíços investigados no Brasil. "Sabemos que temos colaboradores dos bancos envolvidos e que estão com problemas", disse. O Brasil tem um acordo assinado com o governo suíço para a cooperação em investigações de corrupção e fraude. Mas a ministra aponta que, até agora, o governo não usou esse mecanismo para coletar informações.

Banqueiros suíços prestaram depoimento no Brasil há duas semanas, na tentativa da Justiça de decifrar qual foi a participação do UBS e do Credit Suisse na suspeita de evasão de milhões de dólares do País. O Ministério Público também investiga lavagem de dinheiro e o envolvimento de doleiros nas operações dos bancos.

Segundo as investigações da Operação Kaspar e da Operação Suíça, mais de US\$ 1 bilhão foram levados do Brasil aos bancos suíços. As gerências dos bancos, em Genebra, rejeitam a acusação e afirmam que não trabalham com doleiros. Mas tanto emails entre a gerência e os banqueiros e mesmo informações de pessoas próximas ao processo ao Estado confirmaram que os doleiros faziam as transações dentro dos próprios escritórios dos bancos suíços em São Paulo.

Segundo a ministra, o Brasil até o momento não pediu oficialmente uma ajuda na investigação sobre a Operação Suíça ou Operação Kaspar. "Estamos prontos a cooperar. Mas para isso o Brasil também terá de cooperar conosco", disse. Questionada sobre quais pontos ela buscaria ajuda do Brasil, a ministra se recusou a dar detalhes.

"Não posso revelar. São casos ainda em investigação", disse. Alstom - A ministra de Justiça da Suíça, Eveline Widmer-Schlumpf, ainda explicou que as investigações em relação ao suposto esquema de pagamentos de propinas por parte da Alstom ainda estão ocorrendo. "O processo ainda está em curso", disse. Ela confirma que há uma "ligação" com o Brasil.

A Procuradoria Geral da Suíça conta com informações precisas sobre suspeitas de pagamentos de propinas a empresas ligadas a funcionários públicos no Brasil pela Alstom. Um dos esquemas investigados pelos suíços é o uso do Uruguai como caminho do dinheiro. Mais de US\$ 50 milhões poderiam ter passado por esse canal ao País em quase uma década por empresas off-shore.

Parte da suspeita é de que o dinheiro teria ido para garantir o contrato do Metro de São Paulo. A procuradoria estima que os pagamentos de propinas em todo o mundo nos últimos dez anos superaram a marca de 500 milhões de francos suíços, valor rejeitado pela Alstom. "Não podemos revelar nada ainda do processo", completou a ministra.

Copel registra aumento de 5,6% no mercado de energia em 2008 (CanalEnergia) **24/03/09**

Consumos residencial, industrial e comercial cresceram 4,6%, 6,4% e 6,6%, respectivamente

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O mercado fio da Copel cresceu 5,6% em 2008. O resultado foi um dos destaques do resultado da companhia, superando as taxas de crescimento do Sul (4,2%) e do Brasil (3,8%). De acordo com o diretor de Finanças, Relação com Investidores e de Controle de Participações, Paulo Roberto Trompczynski, o resultado foi motivado, entre outros fatores, pelo aumento da renda e pelo crescimento da produção industrial paranaense. Os consumos residencial, industrial e comercial cresceram 4,6%, 6,4% e 6,6%, respectivamente, em 2008. O executivo participou de teleconferência com analistas para apresentação dos resultados nesta terça-feira, 24 de março.

Outro destaque foi a renovação da Petrobras com a UEG Araucária, empresa controlada pela Copel, da locação da termelétrica Araucária, pelo prazo de três anos, contados a partir de janeiro de 2009. A companhia também considerou como fatores importantes no desempenho do ano passado a cisão e extinção da Copel Participações e a venda da participação na Braspower.

Trompczynski ressaltou também nos resultados a renovação das concessões das hidrelétricas de Segredo (1.260 MW) - com vencimento em 2029, Salto Caxias (1.240 MW) - vencimento em 2030, além das pequenas centrais hidrelétricas Derivação do Rio Jordão (6,5 MW) - com vencimento em 2029 - e Cavernoso (1,3 MW) - vencimento em 2019.

Consumo de energia tem queda de 5,5% em São Paulo (CanalEnergia) 24/03/09

No mês de fevereiro, distribuidoras paulistas entregaram 9.358 GWh no estado, segundo balanço da Secretaria de Saneamento e Energia

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O consumo de energia em São Paulo teve redução de 5,5% em fevereiro, em comparação com o mesmo mês no ano passado. Segundo a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, as distribuidoras paulistas entregaram 9.358 GWh no estado, volume que correspondeu a uma demanda per capita de 224,1 KWh. Nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, houve crescimento de 1,6%, enquanto ocorreu decréscimo de 4,2% no consumo acumulado do ano.

De acordo com a secretaria, o resultado foi influenciado, principalmente, pela classe industrial, que teve decréscimo de 12,2% no consumo de fevereiro, frente ao mesmo mês de 2008. O setor residencial teve decréscimo de 0,2%, ao mesmo tempo que o setor comercial registrou acréscimo de 1,3% no consumo.

Ainda segundo os dados da secretaria paulista, as usinas no estado totalizam geração de 11.373 GWh em fevereiro, 3,7% a mais que em fevereiro do ano anterior. Nos últimos 12 meses findos em fevereiro, a geração ficou em 69.578 GWh, uma variação de 4,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A energia transmitida ficou em 21.525 GWh em fevereiro, decréscimo de 4,7% em relação ao mesmo período de 2008, quando foram registrados 22.585 GWh. O volume para atender à carga própria do estado, no acumulado até fevereiro, ficou em 20.285 GWh, o que representou decréscimo de 4,1% sobre os 21.161 GWh obtidos até fevereiro de 2008.

Seival: viabilidade depende de Uruguai e financiamento, diz Suez (CanalEnergia) 24/03/09

Crise interrompeu negociações com bancos internacionais para empréstimo, segundo Gil Maranhão

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

O projeto da termelétrica a carvão nacional Seival (RS-350 MW) depende de acordo bilateral entre Brasil e Uruguai e de financiamento por bancos internacionais. A informação é de Gil Maranhão, diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da GDF Suez no Brasil. O empreendimento, da Tractebel, está parado aguardando a resolução de tais pendências.

O executivo ressaltou que o projeto, avaliado em US\$ 850 milhões, terá que ser reavaliado para atualização de custos, como a aquisição de equipamentos, que são importados. Devido à crise internacional, as negociações com bancos estrangeiros foram interrompidas. "Quando o mercado tiver interessado nesse tipo de oportunidade, para bancos, pode ser que a situação seja diferente", analisou. Essas instituições arcariam com pelo menos 70% do investimento projetado.

Não está descartado, mencionou Maranhão, colocar o empreendimento para fornecer para o Brasil. Em 2007, quando foi oferecido para o Uruguai a usina tinha preços mais altos que os praticados nos leilões A-3 e A-5. "como se passou mais de um ano, esse projeto teria que ser refeito. Não sei se a referência de preço daquele tempo faz sentido", disse.

Copel fecha 2008 com dívida de R\$ 1,864 bilhão (CanalEnergia) 24/03/09

Desse total, R\$ 1,571 bilhão são de dívidas de longo prazo e outros R\$ 293,4 milhões são endividamentos de curto prazo

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Copel fechou 2008 com dívida total de R\$ 1,864 bilhão. O montante corresponde a R\$ 1,701 milhão em moeda nacional (91%) e R\$ 163 milhões em moeda estrangeira (9%). Desse total, R\$ 1,571 bilhão são de dívidas de longo prazo e outros R\$ 293,4 milhões são endividamentos de curto prazo. A dívida líquida no ano passado ficou em R\$ 51 milhões, contra R\$ 562 milhões em 2007. De acordo com balanço da companhia, o endividamento corresponde a 23,2% do patrimônio líquido. Sem considerar as dívidas da Compagas e Elejor, a dívida representa 19,8% desse patrimônio.

As despesas e os custos operacionais cresceram 10,5% na comparação entre 2007 e 2008, passando de R\$ 3,604 bilhões para R\$ 3,982 bilhões. O diretor de Finanças, Relação com Investidores e de Controle de Participações, Paulo Roberto Trompczynski, destacou, em teleconferência nesta terça-feira, 24 de março, que o resultado foi influenciado pelo aumento na energia comprada para revenda, que cresceu 26,2%, e no gás natural e insumos, que aumentou 23,4%.

A Copel registrou queda de 2,5% no lucro líquido de 2008, que ficou em R\$ 1,078 bilhão, ante R\$ 1,106 bilhão no ano anterior. A redução foi influenciada, principalmente, pelos efeitos da valorização do dólar na compra de energia de Itaipu, na compra de gás e nos empréstimos financiamentos em moeda estrangeira. A Receita bruta cresceu 4,9%, passando de R\$ 7,920 bilhões, em 2007, para R\$ 8,305 bilhões, em 2008. O resultado foi influenciado, entre outros fatores, pelo fornecimento, que aumentou 8,1%, assim como a disponibilidade na rede e o fornecimento de gás, que cresceram 4,7% e 16,2%, respectivamente.

O diretor-presidente da Copel, Rubens Ghilardi, informou que a distribuição de dividendos deve ser mantida. "Infelizmente, com a situação agravada da economia, a Copel não vai rever a distribuição", disse o executivo, também na teleconferência. Na assembléia geral ordinária que acontece em abril serão propostos o pagamento de R\$ 262 milhões a título de juros sobre capital próprio e dividendos. Ele ressaltou que o setor está com dificuldade de captar recursos e que a intenção é aumentar o lucro, o que aumentará a proporção da distribuição de dividendos.

Ratings - O rating corporativo da Copel foi classificado como Aa1.br, pela Moody's e AA (bra) pela Fitch. A terceira emissão de debêntures ficou em Aa1.br pela Moody's e AA+ (bra) pela Fitch. A quarta emissão foi classificada como AA (bra) pela Fitch.

Homologados resultados definitivos da segunda revisão tarifária da CPFL Paulista (*CanalEnergia*) 24/03/09

Distribuidora terá reposicionamento de -14,07%. Aneel havia ficado índice provisório de -13,69% no ano passado

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica homologou nesta terça-feira, 24 de março, os resultados definitivos da segunda revisão tarifária periódica da CPFL Paulista (SP). A agência decidiu, durante reunião da diretoria, por um reposicionamento tarifário de -14,07% a serem aplicados nas tarifas de fornecimento de energia e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

Segundo a diretora relatora do processo, Joísa Campanher Dutra, foram considerados investimentos da ordem de R\$ 1,414 bilhão para o cálculo do Fator X. O componente Xe, percentual a ser considerado nos reajustes tarifários subsequentes, ficou em 0,96%. As perdas técnicas tiveram índice de 6,37%, enquanto as perdas não técnicas ficaram definidas em 7,97%, tendo como referência o mercado de baixa tensão.

A diretora explicou ainda que em 7 de abril de 2008 foram aprovados os resultados provisórios da segunda revisão tarifária periódica da CPFL Paulista, constando o reposicionamento tarifário de - 13,69% e o componente Xe do Fator X de 0,83%. "os resultados foram estabelecidos em caráter provisório, uma vez que os aprimoramentos das metodologias aplicáveis ao segundo ciclo das revisões tarifárias entavam em análise", afirmou Joísa.

Jirau conclui primeira ensecadeira (*CanalEnergia*) 24/03/09

Projeto está na fase final de contratação de equipamentos eletromecânicos e de controle operacional

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Expansão

As obras da hidrelétrica de Jirau (RO, 3.300 MW) avançam em ritmo acelerado dentro do cronograma, que prevê a operação da primeira turbina em março de 2012. A usina teve concluído recentemente a primeira ensecadeira, segundo Gil Maranhão, diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da GDF Suez no Brasil.

"[A conclusão da ensecadeira] vai permitir o início efetivo da hidrelétrica assim que for emitida a licença de instalação definitiva", disse Maranhão. Ao mesmo tempo, a Energia Sustentável do Brasil, controladora do projeto, está finalizando a contratação de equipamentos eletromecânicos e de controle.

Atualmente, a obra conta com 1,6 mil trabalhadores no canteiro. O executivo afirmou que a obra está vencendo o "período inercial natural" para o empreendimento desse porte. "Demora a atingir a velocidade de cruzeiro", comparou Maranhão, que participou do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado nesta terça-feira, 24 de março, no Rio de Janeiro, pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico-UFRJ.

Em relação as multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Maranhão se limitou a dizer que é um problema superado que não chegou a atrapalhar a obra. Ele ressaltou que o Brasil tem vocação para grandes projetos hidrelétricos que, contudo, estão sendo travados por questionamentos jurídicos e ambientais.

Ele lembrou que nos últimos leilões as usinas a óleo foram as grandes vencedoras. "Há algo errado no planejamento ou na execução do planejamento", ressaltou Maranhão. O executivo afirmou, contudo, que a GDF Suez continua interessa em grandes projetos no país, como a usina Belo Monte (PA-11.181 MW). "Estamos estudando todos os projetos", se limitou, acrescentando que o Brasil é estratégico para o grupo.

Light ON termina em queda de 4,08% (CanalEnergia) 24/03/09

Copel PNB fecha em alta de 2,29%. IEE alcança os 16.438 pontos e encerra com baixa de 0,64%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Light ON terminou em queda de 4,08% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta terça-feira, 24 de março, o setor elétrico registrou outros resultados negativos com a Tractebel ON (-2,29%) e a Cesp PNB (-2,10%). A Copel PNB fechou em alta de 2,29%, seguida pela Eletrobrás PNB (1,27%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 16.438 pontos e encerrou com baixa de 0,64%. O Ibovespa chegou aos 41.475 pontos, com queda de 2,27%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,07%
AES Tietê PN: estável
Celesc PNB: -1,86%
Cemig PN: -0,92%
Cesp PNB: -2,10%
Coelce PNA: -0,09%
Copel PNB: 2,29%
CPFL Energia ON: -1,83%
Eletrobrás PNB: 1,27%
Energias do Brasil ON: -0,08%
Equatorial ON: 0,09%
Light ON: -4,08%
MPX Energia ON: 0,52%
Tractebel ON: -2,29%
Terna Part UNT: -0,18%
Transmissão Paulista PN: -1,20%

Revisão tarifária: Enersul tem índice definitivo de reposicionamento de - 7,76% (CanalEnergia) 24/03/09

Aprimoramento do processo de revisão levou Aneel a aprovar índice provisório para distribuidora no ano passado

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Enersul (MS) teve seus resultados definitivos da segunda revisão tarifária periódica homologados nesta terça-feira, 24 de março, durante reunião de diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. Durante a reunião, ficou decidido que a companhia terá um reposicionamento tarifário de -7,76% a serem aplicados nas tarifas de fornecimento de energia e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

Foram considerados para o cálculo do Fator X, de acordo com o diretor relator do processo, Romeu Donizeti Rufino, investimentos da ordem de R\$ 435,268 milhões. O componente Xe fechou em 0,15% e deverá ser considerado nos

reajustes tarifários que ocorrerão entre os anos de 2009 e 2012. O índice estabelecido pela agência para as perdas técnicas foi de 12,75%, enquanto para as perdas não técnicas foi definida uma trajetória de reduções, começando em 14,32% até chegar em 8,59%.

Em função do aprimoramento de metodologias aplicáveis ao segundo ciclo das revisões tarifárias, no ano passado, a concessionária teve aprovado índices provisórios. Na época, a Aneel estabeleceu um reposicionamento tarifário de - 5,69% e o componente Xe do Fator X de 0,5%.

Cemig defende renovação de concessões (CanalEnergia) 24/03/09

Medida traria segurança para comercialização da energia além de 2015 e permitiria maiores investimentos em repotenciação, reforma e ampliação

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

Com a perspectiva de vencimento das concessões de usinas e linhas transmissão a partir de 2015, a Cemig defende a renovação, mesmo onerosa, dos contratos com os atuais concessionários. Segundo Luiz Henrique de Castro Carvalho, diretor de geração e transmissão da Cemig, os recursos novos devem ser destinados à expansão.

"Acho que um leilão das concessões, pura e simplesmente, transferindo de mãos essas concessões, vai consumir recursos que deveriam ser investidos na expansão do sistema", afirmou o executivo, que participou do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado nesta terça-feira, 24 de março, no Rio de Janeiro, pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico-UFRJ.

A renovação, disse, traria segurança para comercialização da energia além de 2015 e permitiria maiores investimentos em repotenciação, reforma e ampliação dos ativos. Para Carvalho, no caso de uma renovação onerosa, deve-se observar os custos depreciados das concessões. "Não faz sentido mudá-las de mão", frisou.

Consumo - A crise financeira internacional atingiu os consumidores livres da Cemig. A empresa verificou, neste ano, uma queda de 9% na carga de grandes consumidores, em relação a 2008. Contudo, Carvalho ressaltou que os contratos permitem uma renegociação, que não afeta o caixa da companhia.

A empresa pode reduzir o fornecimento, mas os valores pagos pelos contratos permanecem fixo. Quando a situação melhorar, a empresa fornece a energia não consumida. A Cemig tem consumidores livres contratados até 2011. "houve negociação de contratos com consumidores livres", afirmou.

Cemig prevê investimentos de R\$ 970,2 milhões em 2009 e analisa participação em Belo Monte (CanalEnergia) 24/03/09

Do montante, empresa projeta aplicar R\$ 836,8 milhões na distribuição. Planos incluem aumentar participação na TBE e sociedade em três eólicas

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Cemig anunciou investimentos da ordem de R\$ 970,2 milhões nesse ano, sendo R\$ 836,8 milhões destinados a Cemig-D e R\$ 132,8 milhões à Cemig-GT. Do total a ser investido pela Cemig-GT, R\$ 72,2 milhões vão para geração, R\$ 33,3 milhões para transmissão e R\$ 6,8 milhões para o Meio Ambiente. Para os próximos anos, a projeção de investimentos é de R\$ 697 milhões em 2010; R\$ 640,9 milhões em 2011; e R\$ 672,4 milhões em 2012.

Ao falar sobre a área de geração, o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, Luiz Fernando Rolla, afirmou que a empresa pretende crescer nesse segmento e não descartou a participação no leilão de Belo Monte (PA, 11.181 MW), previsto para acontecer em outubro deste ano. "Vamos tentar participar do leilão, porque queremos crescer através de novas usinas", disse Rolla durante teleconferência para divulgação dos resultados da companhia, que aconteceu nesta terça-feira, 24 de março.

Além disso, o executivo afirmou que será concluído esse ano o aumento de participação na transmissora TBE, que demandou investimentos de R\$ 494 milhões, e a aquisição de 49% em três plantas eólicas no Ceará, de 100 MW, no valor de R\$ 213 milhões. "Essas aquisições estavam programadas para acontecer em 2008, mas teríamos ultrapassado o limite máximo de 40% do Lajida (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), previsto no estatuto da companhia. Para ultrapassar esse limite é preciso a aprovação dos acionistas e a convocação de uma

assembléia", explicou Rolla. Ainda segundo o diretor, esses investimentos serão contabilizados em 2009 e, portanto, somados ao montante total de R\$ 970,2 milhões.

Sobre a hidrelétrica de Baguari (MG, 140 MW), da qual a Cemig detém 34%, Rolla afirmou que a usina deverá entrar em operação em setembro deste ano. Em 2010, está prevista a entrada em operação de cinco pequenas centrais hidrelétricas, com potência total de 64 MW. Nestes empreendimentos, de acordo com Rolla, a Cemig também detém 49%. Outro projeto mencionado pelo executivo foi a UHE Santo Antônio (RO, 3.150 MW). "Como estamos com o cronograma antecipado, a previsão é de que a usina entre em funcionamento em maio de 2012", confirmou o executivo. A companhia detém 10% de participação na hidrelétrica do Rio Madeira.

Santo Antônio Energia abre oferta pública de venda de energia (CanalEnergia) 24/03/09

Empresa é subsidiária integral da Madeira Energia, responsável pela hidrelétrica Santo Antônio

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Santo Antônio Energia, subsidiária integral da Madeira Energia, abriu oferta pública de venda de energia. A empresa, subsidiária da Madeira Energia, responsável pela implantação da hidrelétrica Santo Antônio (RO, 3.150 MW), não divulgou a data nem detalhes do certame. Os interessados podem solicitar cópia do edital através do e-mail ofertapublica@madeiraenergia.com.br.

Governo estuda forma de estimular comercialização na América do Sul (CanalEnergia) 24/03/09

Para ONS, integração, em primeiro momento, poderia ser parcial com preservação de regras de cada país

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O governo quer estimular a comercialização de energia elétrica entre os países da América do Sul. Para isso, o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico formou um grupo de trabalho para estudar o assunto e elaborar formas de destravar a troca de energia na região.

Segundo Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, a intenção é sair da situação atual, com comercialização baseada apenas em devoluções de energia - quando um país devolve sem ônus a energia cedida por outro - para uma realidade de comercialização efetiva. "A América do Sul é pobre, não pode se dar ao luxo de fazer só devolução", constatou o executivo.

A idéia do ONS é que a energia seja enviada para o Brasil quando a energia estiver mais barata nos vizinhos e vice-versa. "Atualmente temos 2 mil MW de capacidade ociosa [para troca]", afirmou Chipp, que participou do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado no Rio de Janeiro.

Para Chipp, a integração regional poderá se dar de forma parcial, a princípio, com ajuste de preço e volume de fronteira, preservando-se assim, as regras comerciais, procedimentos regulatórios e critérios técnicos de cada país.

Light mostra preocupação com inadimplência diante de crise financeira internacional (CanalEnergia) 24/03/09

Mudanças regulatórias são necessárias para não penalizar os consumidores que pagam em dia, segundo José Luiz Alquéres

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Light está preocupada com o aumento da inadimplência, principalmente, de grandes consumidores, em decorrência, dos efeitos da crise financeira internacional. De acordo com José Luiz Alquéres, presidente da Light, já se detecta um atraso no pagamento das faturas de energia. "Na Light, o impacto da crise é na questão de adimplência. É uma batalha para mantê-la", contou o executivo.

Para ele, os consumidores estão atrasando as contas como forma de contornar os problemas de crédito. "É mais barato pagar a multa do atraso do que os custos do empréstimo bancário", afirmou Alquéres, completando que está ocorrendo "um início de uma escorregada".

Alquéres defende mudanças regulatórias para não penalizar os consumidores que pagam em dia. O executivo vê as multas e os prazos, os mecanismos de combate a inadimplência atuais como insuficientes para a atual circunstância. "Pode-se aperfeiçoar os mecanismos", afirmou.

Apesar dessa preocupação, a Light espera apresentar um crescimento de mercado de 2% este ano. A empresa tem nos segmentos residencial, comercial e de serviços maior representabilidade na demanda. Esses setores foram menos atingidos pela crise internacional. No ano passado, o crescimento foi de 2%.

Em relação aos investimentos, a Light vai manter os investimentos previstos de R\$ 650 milhões. Contudo, Alquéres afirmou que algumas contratações serão postergadas para o segundo semestre. "Queremos contratar por um preço menor", disse o executivo, que participou do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado nesta terça-feira, 24 de março, no Rio de Janeiro.

Sobradinho opera com 79,80% da capacidade (CanalEnergia) 24/03/09

Nível de armazenamento no submercado Nordeste chega a 83,8%, segundo ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A usina de Sobradinho opera com 79,80% da capacidade, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 23 de março. O nível de armazenamento no Nordeste chega a 83,8%, mantendo-se estável. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Sul - Os reservatórios registram baixa de 0,5%, alcançando 50,1% do volume acumulado. O índice está 31,6% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Barra Grande trabalha com 55,51% da capacidade.

Submercado Norte - Os reservatórios registram 84,4% do volume acumulado, com alta de 1,4%. A usina de Tucuruí opera com 87,67% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 79,3% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 25,8% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Emborcação e Capivara trabalham com 72,97% e 97,30% da capacidade, respectivamente.

Submercado Nordeste - O nível de armazenamento chega a 83,8%, mantendo-se estável. O índice está 45,7% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Sobradinho opera com 79,80% da capacidade.

Chesf realiza leilão para venda de energia (CanalEnergia) 24/03/09

Certame acontece nesta quinta-feira, 26 de março, e terá produto com período de entrega de 1º a 31 de março

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Chesf realiza na próxima sexta-feira, 27 de março, leilão para venda de energia no ambiente de contratação livre. Com centro de gravidade do submercado Nordeste, o produto tem período de entrega de 1º a 31 de março e o certame acontecerá via internet a partir das 15h. Os interessados devem enviar o termo de adesão até as 17 horas da próxima quinta-feira, 26 de março, através do fax (81) 3229-3707 ou (81) 3229-3723.

De acordo com o edital, a quantidade de energia a ser contratada será definida pela Chesf no final do leilão. O preço mínimo de venda será em percentual do Preço da Liquidação das Diferenças médio do submercado Nordeste no mês de entrega e será divulgado até as 12 horas do dia do certame. O resultado será divulgado no dia do leilão até as 16 horas.

Cemat tem homologados resultados da segunda revisão tarifária (CanalEnergia) 24/03/09

Aneel decidiu por um reposicionamento tarifário de - 5,91% a serem aplicados nas tarifas de fornecimento de energia e na Tusd

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica homologou o resultado definitivo da segunda revisão tarifária periódica da Cemat (MT) durante reunião da diretoria que aconteceu nesta terça-feira, 24 de março. A Aneel decidiu que a companhia teria um reposicionamento tarifário de - 5,91% a serem aplicados nas tarifas de fornecimento de energia e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

De acordo com o diretor-relator do processo, Edvaldo Alves de Santana, foram considerados para o cálculo do Fator X investimentos da ordem de R\$ 589,602 milhões. O componente Xe, percentual a ser considerado nos reajustes tarifários subsequentes, ficou em 0%. As perdas técnicas tiveram índice de 9,86% e para as perdas não técnicas foi traçada uma trajetória de redução iniciando-se em 12,47% no ano teste, até atingir 8,27% no final do quarto ano.

Antes da homologação, em reunião ocorrida no dia 19 de março de 2009, segundo o relator, a empresa apresentou suas principais discordâncias com o posicionamento da área técnica. Os questionamentos giraram em torno do valor e trajetória das perdas regulatórias, operadores de subestações, escritórios regionais e call center.

A Cemat teve seu segundo ciclo de revisão tarifária realizado em 2008 e obteve índices provisórios até que a nova metodologia de cálculo fosse aprovada pela Aneel. Na ocasião, as tarifas da concessionárias foram, em média, reajustadas em - 3,53% e o índice provisório do componente Xe foi estabelecido em 0,67%. A reunião foi a primeira conduzida pelo novo diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner.

CMSE define novos níveis-meta para 2009 (CanalEnergia) 24/03/09

ONS vai propor redução dos atuais 53% para o submercado Sudeste/Centro-Oeste para 47%

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, OeM

O Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico vai definir, em reunião, na próxima quarta-feira, 25 de março, os novos níveis-meta para os submercado Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste em 2009. Segundo Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, a proposta do operador vai reduzir a necessidade de armazenamento de 53% para 47% no SE/CO e de 35% para 34% no NE a partir de abril.

O executivo disse que essa redução se deve à maior pluviosidade e a redução da demanda pelos consumidores. "Se a situação atual se consolidar podemos melhorar esse nível para suportar o pior ano do histórico", adiantou Chipp. No SE/CO, o nível-meta é proposta para suportar o segundo pior ano.

A previsão do ONS é que a carga ficará entre 1,5 mil MW médios e 2 mil MW médios abaixo da perspectiva inicial para este ano. Contudo, ele acredita que a carga cresça entre 2% e 3% este ano, caso o PIB tenha alta de 2%. Chipp disse que a queda da carga, que vinha sendo registrada desde novembro, está sendo revertida, o que se constatou em fevereiro quando houve alta de 0,8%.

"No acumulado de 12 meses, em comparação ao período anterior, a carga nunca deixou de crescer. Houve uma redução do crescimento", analisou Chipp, após participar do Seminário 5 anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica realizado no Rio de Janeiro.

Durante palestra, Chipp colocou o nível-meta para 2010 em 44% para o SE/CO e em 37% para o NE. Assim como para este ano, os níveis do ano que vem serão definidos na reunião do CMSE de amanhã, em Brasília.

Equatorial ON opera em queda de 2,39% (CanalEnergia) 24/03/09

Terna Participações UNT registra alta de 2,27%. IEE alcança os 16.491 pontos, com queda de 0,31%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Equatorial ON opera em queda de 2,39% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 24 de março. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Cesp PNB (-2,32%) e a Transmissão Paulista (-1,24%). A Terna Participações UNT opera em alta de 2,27%, acompanhado pela Eletropaulo PNB (1,08%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 16.491 pontos, com baixa de 0,31%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 41.857 pontos, com queda de 1,37%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,08%
AES Tietê PN: 0,96%
Celesc PNB: - 0,31%
Cemig PN: 0,27%
Cesp PNB: - 2,32%
Coelce PNA: 0,23%
Copel PNB: estável
CPFL Energia ON: - 0,1%
Eletrobrás PNB: 0,63%
Energias do Brasil ON: - 0,58%
Equatorial ON: - 2,39%
Light ON: - 0,27%
MPX Energia ON: 0,01%
Tractebel ON: - 1,09%
Terna Part UNT: 2,27%
Transmissão Paulista PN: - 1,24%

Daniela da Silva Santos, advogada: Os Desafios da Nova Lei do Gás no Brasil (CanalEnergia) 24/03/09

Não é singela a garantia de expansão do mercado de gás natural a partir do marco regulatório contemplado na Lei nº 11.909/09. Há que se privilegiar uma regulação técnica e autônoma baseada numa política desvinculada de interesses específicos

Daniela da Silva Santos, para a Agência CanalEnergia, Artigos

Desde a edição da Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo) – que representa o marco regulatório da exploração, desenvolvimento e produção de petróleo no Brasil, após a flexibilização do monopólio constitucional realizada por meio da Emenda Constitucional nº 09/95 – e a despeito da regulação promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a indústria do gás natural se ressentia por não contar com um marco legal específico que reconhecesse a importância do gás natural na matriz energética nacional, definindo seus princípios e diretrizes de modo a assegurar a sua expansão.

Ao longo dos anos, algumas alternativas neste sentido foram cogitadas, entre elas a criação de uma agência reguladora para tratar exclusivamente a matéria (nos moldes do modelo argentino), a alteração da Lei nº 9.478/97 (de modo a dispor mais detidamente sobre o gás natural) e a criação de uma lei específica que tratasse exclusivamente sobre o mercado de gás natural no Brasil.

Essa última alternativa começou a tomar contornos práticos em 2005 (com a Proposta de Lei nº 226/05 apresentada pelo Senador Rodolpho Tourinho). Em 04/03/09, finalmente, a Lei nº 11.909 (Lei do Gás Natural) foi sancionada e publicada.

Trata-se uma lei que estabelece as diretrizes gerais para as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e altera a Lei do Petróleo.

Com efeito, questões como o regime de outorga, contratos de comercialização, cláusula de arbitragem, prazo de duração de concessões, indenização de bens reversíveis, prazo de exclusividade, seleção da melhor proposta, tarifa, acesso de terceiros, cessão de capacidade, reversão, exercício de atividade por sociedade ou consórcio, passaram a ter tratamento legal e deverão nortear a regulamentação/regulação/diretrizes que serão elaboradas nos meses seguintes à publicação da Lei do Gás Natural.

Sobre esse ponto, relevante notar que essa Lei faz menção à aproximadamente vinte regulações/regulamentações a serem editadas (nota-se que faz referência a ANP poucas vezes ao atribuir-lhe a função de regulação, além de tratar de

forma indiscriminada de regulação e regulamentação) e algumas diretrizes a serem expedidas pelo Ministério de Minas e Energia e o Conselho Nacional de Política Energética.

Assim, a aplicabilidade da Lei do Gás Natural depende da edição desse número considerável de normas com o detalhamento de suas diretrizes, de forma clara e sistemática, o que deverá ocorrer, segundo anúncio do Governo Federal, até o início do mês de junho de 2009.

Relevante ressaltar ainda que, antes de publicadas, essas normas deverão ser submetidas à consulta pública para que haja uma ampla discussão sobre os diversos temas que afetam a sociedade.

No mais, considerando que essas normas e diretrizes não serão formalizadas por meio de lei, eventual revogação e/ou alteração dos seus dispositivos poderão ser realizadas por meio da edição de outra regulação/regulamentação/diretrizes, o que poderá garantir dinamismo e eficiência aos dispositivos legais caso as decisões sejam tomadas estritamente em relação aos aspectos técnicos envolvidos.

Com efeito, se em tese a Lei nº 11.909/09 foi comemorada como um verdadeiro marco regulatório para a indústria de gás natural, na prática, deverá produzir efeitos somente em um segundo momento, após a edição das normas apontadas.

E não se esqueça que a Lei do Gás Natural estabelece, na Seção VII (Dos Gasodutos de Transporte Existentes), entre outros, que as autorizações expedidas pela ANP para o exercício da atividade de transporte dutoviário estão ratificadas, tendo o prazo de duração de 30 anos (a contar da edição da Lei do Gás Natural ou da data de outorga da autorização), garantindo, inclusive, a extensão de tais direitos aos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, sem autorização da ANP.

Portanto, não é singela a garantia de expansão do mercado de gás natural no Brasil a partir do marco regulatório contemplado na Lei nº 11.909/09. Além da necessidade de edição das normas de aplicação e considerando a garantia das autorizações dos gasodutos de transporte existente, há que se privilegiar uma regulação técnica e autônoma executada pela ANP baseada numa Política Energética Nacional desvinculada de interesses específicos, em prol da expansão do mercado brasileiro e da garantia de abastecimento. Será esse o verdadeiro desafio do setor de gás natural no Brasil.

Daniela da Silva Santos é advogada do escritório L.O.Baptista Advogados

Aneel promove Seminário Internacional de Estrutura Tarifária em Brasília (CanalEnergia) 24/03/09

Realizado entre os dias 17 e 18 de junho, evento abordará temas como visão do sistema elétrico e políticas e diretrizes da estrutura tarifária

Da Agência CanalEnergia, Eventos

Será realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica entre os dias 17 e 18 de junho, em Brasília, o Seminário Internacional de Estrutura Tarifária. O evento tem como objetivo discutir a formação da estrutura das tarifas, observar experiência internacional sobre o assunto e obter subsídios para o estabelecimento de nova metodologia de estrutura tarifária para os serviços de distribuição de energia no país. O seminário é voltado às associações, universidades, agentes governamentais, corpo técnico da Aneel, distribuidores, supridores e consumidores, além de outros stakeholders.

Entre os temas abordados pelos expositores estão a visão do sistema elétrico do país, políticas e diretrizes da estrutura tarifária e operacionalização do modelo adotado. O evento contará com representantes de universidades de Harvard, Berlim e da Comissão de Energia da Espanha, entre outros. As inscrições podem ser feitas a partir de abril.

Serviço:

Evento: Seminário Internacional de Estrutura Tarifária

Data: 17 e 18 de junho

Local: Brasília - DF

Inscrições: a partir de abril

Informações: seminar@aneel.gov.br

Cepisa inaugura subestação em Amarante (CanalEnergia) 24/03/09

Unidade vai melhorar a qualidade da energia fornecida em quinze municípios do Piauí e um do Maranhão

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Cepisa (PI) investiu cerca de R\$ 1,2 milhão em uma nova subestação de energia em Amarante. A unidade vai melhorar a qualidade da energia fornecida em quinze municípios do Piauí e em um do Maranhão, de acordo com a distribuidora. A carga será dividida com a subestação de São Pedro e, segundo a empresa, vai ampliar a oferta de energia, equilibrar níveis de tensão e conferir mais confiabilidade ao sistema elétrico. Além da subestação, foram investidos R\$ 995 mil na construção de redes de distribuição de obras pertencentes ao Programa Luz para Todos.

Energisa desenvolve equipamento que combate perdas de energia (CanalEnergia) 24/03/09

Instalado nos bornes dos medidores, o aparelho funciona como lacre de segurança

Da Agência CanalEnergia, Tecnologia

A Energisa desenvolveu e patenteou um equipamento que combate as perdas comerciais de energia. Instalado nos bornes dos medidores, o aparelho funciona como lacre de segurança, coibindo fraudes e desvios de energia. O Dispositivo Lacre para Compartimento de Bornes já é utilizado pelas empresas do Grupo Energisa desde 2007. De acordo com a companhia, a Energisa Paraíba reduziu em um ano 2,12% seu índice de perdas.

MME enquadra quatro termelétricas no Reidi (CanalEnergia) 24/03/09

UTES autorizadas, com 72.700 kW de potência instalada, localizam-se nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Ministério de Minas e Energia autorizou o enquadramento de quatro termelétricas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. Duas destas UTEs estão localizadas em Goiás, uma em Mato Grosso e outra em Mato Grosso do Sul, conforme publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira, 24 de março.

Em Goiás estão enquadradas a UTE Unidade de Bioenergia Morro Vermelho, de propriedade da Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), e a UTE Unidade de Bioenergia Água Emendada, da Central Energética Água Emendada. Ambas possuem 72,7 MW de potência instalada e se situam em Mineiros. A Brenco teve mais duas UTEs enquadradas ao Reidi: a UTE Unidade Bionergia Costa Rica (MS) e a UTE Unidade de Bioenergia Alto Taquari (MT), ambas com 72,7 MW de potência instalada.

Cepel desenvolve software que traça perfil do consumo de eletrodomésticos (CanalEnergia) 24/03/09

Sistema vai permitir comparar resultados obtidos em pesquisas com o real perfil de consumo de uma residência

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O Centro de Pesquisas em Energia Elétrica está desenvolvendo um software que funciona como um medidor de consumo, identificando os eletrodomésticos que mais consomem energia e o tempo, em média, que eles são utilizados nas residências. Denominado Sistema Não-Invasivo para Monitoração de Eletrodomésticos, o equipamento vai permitir ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica comparar os resultados obtidos em pesquisas de caráter declaratório com o real perfil de consumo de uma residência.

De acordo com o Cepel, o medidor monitora o consumo durante semanas ou meses. No final, é analisado qual o eletrodoméstico mais usado nas diferentes classes sociais, o que mais consome, entre outras questões. Os estudos para o hardware do medidor já estão praticamente finalizados e o protótipo está em fase de testes. Já o software está em fase de desenvolvimento. O Procel estima que quatro medidores deverão ser desenvolvidos no primeiro semestre.

No segundo semestre, o Procel deverá fazer um projeto-piloto através da instalação de medidores em algumas residências para poder espalhá-los pelas regiões do país.

Utilidade pública: declaradas terras para transmissão em São Paulo (CanalEnergia) 24/03/09

Decisão favorece a Cteep, Clealco Açúcar e Álcool, Usina Paulista Queluz de Energia e Usina Paulista Lavrinhas de Energia

Da Agência CanalEnergia, Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica declarou de utilidade pública áreas de terras necessárias à implantação e reconstrução de empreendimentos de transmissão, em São Paulo. A decisão favorece a Cteep, Clealco Açúcar e Álcool, Usina Paulista Queluz de Energia e Usina Paulista Lavrinhas de Energia. A Cteep vai implantar a linha de transmissão Andradina - Valparaíso, de 63,2 quilômetros, além da recapacitação e construção das LTs Assis - Canoas I e Assis - Canoas II - Salto Grande, com 53,6 quilômetros.

A Clealco implantará a LT subestação Queiroz - SE Pompéia, de 38 quilômetros. A Queluz ficará responsável pelo trecho de LT que interligará a pequena central hidrelétrica Queluz à torre T-26 da LT, de 56 quilômetros, que interligará a PCH Lavrinhas à SE de Santa Cabeça. A Usina Paulista Lavrinhas de Energia fará a implantação da LT, de 14,2 quilômetros, que interligará a PCH Lavrinhas à SE de Santa Cabeça.

SINDICAL

Metalúrgicos de Barra do Piraí elegem nova direção do sindicato (CUT Nacional)) 25/03/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Barra do Piraí

Com a participação de apenas uma chapa, a Chapa 1, da CUT, os trabalhadores metalúrgicos compareceram e avalizaram a continuidade das lutas encabeçadas desde 1988 pela Central Única dos Trabalhadores.

A Chapa eleita traz, além de companheiros conhecidos da categoria, vários novos companheiros que, representando os trabalhadores das empresas onde trabalham, oxigenam a direção dando fôlego para as discussões e lutas futuras.

Resultados

Dos 679 associados ativos, 519 compareceram para votar nas diversas mesas coletoras de votos. Deste número, 96 votaram em separado visto que não puderam comprovar a condição de associados. Dos votos em separado apenas 36 foram efetivamente aproveitados, já que os demais votantes em separado não foram confirmados como associados a tempo hábil.

De qualquer forma, tais companheiros estão de parabéns, assim como os demais, já que demonstraram vontade de participar do processo contribuindo para a consolidação da política desenvolvida pelo sindicato.

Dos votos válidos, 447 foram dados à Chapa 1; 07 estavam em branco e 05 foram anulados. Desta forma, foi computado que 65% do total de associados ativos votaram na continuidade da direção atual.

A primeira grande tarefa da direção eleita será comandar a próxima campanha salarial. Nela, além da discussão sobre reposição de perdas salariais e outros benefícios de ordem econômica, estarão na ordem do dia questões relativas à solução da crise e seus reflexos sobre a categoria. A direção está renovada e com muito gás para continuar as lutas. E os companheiros convocados a fortalecê-la, alimentando-a com o devido apoio.

Comissão amplia recursos da Educação e direito ao ensino gratuito (CUT Nacional) 25/03/09

Escrito por Agência Câmara

A comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 277/08 aprovou nesta terça-feira a vinculação, à Educação, de 18% de todas as receitas da União com impostos - como prevê o texto original da Constituição - e a ampliação do direito à educação pública, gratuita e obrigatória, hoje assegurado apenas às crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, para a faixa etária entre 4 e 17 anos a partir de 2016.

A matéria foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSB-RN) à PEC, que prevê o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) incidente sobre os recursos destinados à Educação.

Embora a Constituição tenha vinculado 18% das receitas provenientes de impostos da União ao orçamento da Educação, a partir de 1994, a DRU permitiu que o governo federal reduzisse em 20% a base de cálculo das verbas vinculadas a despesas específicas, inclusive com a oferta de escola.

"Os recursos [que estavam sendo desviados da educação] vão voltar gradativamente ao leito originário", afirmou o relator Rogério Marinho.

Texto final

Na versão final aprovada pela comissão especial, a DRU relativa à Educação cai de 20% para 12,5% neste ano, para 5% em 2010, e acaba em 2011. "Isso significará um aporte de recursos novos de R\$ 4 bilhões neste ano, pouco mais de R\$ 7 bilhões no próximo ano e pouco mais de R\$ 10,5 bilhões a partir de 2011", calcula o relator.

Rogério Marinho afirmou que os gastos com a ampliação do acesso à escola "serão suportados majoritariamente por estados e municípios". No entanto, segundo ele, seu substitutivo prevê que eles terão apoio técnico e financeiro do governo federal.

Universalização

A ideia do substitutivo é direcionar o acréscimo dos recursos que a União terá com o fim da DRU na Educação para a ampliação da universalização da educação básica, que vai da educação infantil ao fim do ensino médio.

O texto prevê que será obrigatória a oferta gratuita, pelo poder público, de todo o ciclo de educação básica a todos com idade entre 4 e 17 anos. Essa obrigatoriedade, atualmente, cobre apenas o ensino fundamental. De acordo com Rogério Marinho, com a mudança, quase 3,5 milhões de crianças e jovens a mais vão entrar na escola pública.

PNE

O substitutivo também restringiu a margem do governo para manipular o Plano Nacional de Educação (PNE). A Constituição prevê que esse plano - hoje decenal por força de lei ordinária - seja plurianual. Essa regra autoriza, por exemplo, um plano de quatro anos a coincidir com o mandato do presidente da República.

O substitutivo, entre outras alterações, estabelece no texto constitucional que o plano deverá cobrir um período de dez anos. "Queremos que o PNE seja da sociedade, do Estado, e não de um governo de ocasião. A política educacional vai sobreviver aos governos", afirmou o relator.

Dia 30, o Brasil nas ruas contra a crise (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por CUT Nacional

"Não às demissões! Pela redução dos juros, pelos investimentos públicos e em defesa dos direitos trabalhistas e sociais!"

Dia 30, todos às ruas! A Central Única dos Trabalhadores e o movimento sindical, social e estudantil estarão novamente unidos nas ruas no próximo dia 30 de março, segunda-feira, para dizer não à crise e às demissões e exigir a redução drástica da taxa de juros, recursos para os investimentos em políticas públicas e a defesa dos direitos trabalhistas e sociais.

Abaixo, publicamos a íntegra da convocatória do ato unificado. Em São Paulo, a concentração inicia às 10 horas, na avenida Paulista, 1374, em frente ao Banco Real Santander e à Fiesp, de onde os manifestantes saem em passeata até a sede do Banco Central, da Caixa Econômica Federal e da Bolsa de Valores.

De acordo com Antonio Carlos Spis, da executiva nacional da CUT e da CMS, "é fundamental que o conjunto das entidades se esforcem nesta reta final, ampliando a unidade e a mobilização de suas bases em todos os Estados do país".

Trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise

O Brasil vai às ruas na próxima segunda-feira, 30 de março. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade estarão unidos contra a crise e as demissões, por emprego e salário, pela manutenção e ampliação de direitos, pela redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução de salários, pela reforma agrária e em defesa dos investimentos em políticas sociais.

A crise da especulação e dos monopólios estourou no centro do sistema capitalista, os Estados Unidos, e atinge as economias menos desenvolvidas. Lá fora - e também no Brasil -, estão sendo torrados trilhões de dólares para cobrir o rombo das multinacionais, em um poço sem fim, mas o desemprego continua se alastrando, podendo atingir mais 50 milhões de pessoas.

No Brasil, a ação nefasta e oportunista das multinacionais do setor automotivo e de empresas como a Vale do Rio Doce, CSN e Embraer, levaram à demissão de mais de 800 mil trabalhadores nos últimos cinco meses.

O povo não é o culpado pela crise. Ela é resultante de um sistema que entra em crise periodicamente e transformou o planeta em um imenso cassino financeiro, com regras ditadas pelo "deus mercado". Diante do fracasso desta lógica excludente, querem que a classe trabalhadora pague a fatura em forma de demissões, redução de salários e de direitos, injeção de recursos do BNDES nas empresas que estão demitindo e criminalização dos movimentos sociais. Basta!

A precarização, o arrocho salarial e o desemprego enfraquecem o mercado interno, deixando o país vulnerável e à mercê da crise, prejudicando fundamentalmente os mais pobres, nas favelas e periferias. É preciso cortar drasticamente os juros, reduzir a jornada sem reduzir os salários, acelerar a reforma agrária, ampliar as políticas públicas em habitação, saneamento, educação e saúde, e medidas concretas dos governos para impedir as demissões, garantir o emprego e a renda dos trabalhadores.

Manifestamos nosso apoio a todos os que sofreram demissões, em particular aos 4.270 funcionários da Embraer, ressaltando que estamos na luta pela readmissão.

O dia 30 também é simbólico, pois nesta data se lembra a defesa da terra Palestina, a solidariedade contra a política imperialista do Estado de Israel, pela soberania e auto-determinação dos povos.

Com este espírito de unidade e luta, vamos construir em todo o país grandes mobilizações. O dia 30 de março será o primeiro passo da jornada. Some-se conosco, participe!

NÃO ÀS DEMISSÕES!

REDUÇÃO DOS JUROS!

REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS E DIREITOS!

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!

POR SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA!

EM DEFESA DOS SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS!

SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO!

Ato Internacional Unificado Contra a Crise

Organizadores:

ASSEMBLÉIA POPULAR, CEBRAPAZ, CGTB, CMB-FDIM, CMS, CONAM, CONLUTAS, CONLUTE, CTB, CUT, FORÇA SINDICAL, INTERSINDICAL, MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, MST, MTL, MTST, NCST, OCLAE, UBES, UBM, UGT, UNE, UNEGRO/COMEN, VIA CAMPESINA

Cresce a greve unificada de Norte a Sul (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por FUP

Federação Única dos Petroleiros na luta contra a precarização na Petrobrás, por PLR e garantia de direitos

Terminais paralisadosO coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antônio de Moraes, fala sobre a greve unificada dos trabalhadores próprios e terceirizados da Petrobrás. A greve começou no primeiro minuto de segunda-feira, 23, nas refinarias, plataformas, campos terrestres de produção e terminais de distribuição de petróleo e gás, e vem ganhando força em todo o país. Além dos petroleiros dos 11 sindicatos que compõem a FUP, a greve conta também com a participação dos trabalhadores das bases do Rio Grande do Sul, Litoral Paulista, São José dos Campos, Rio de Janeiro e Sergipe/Alagoas, cujos sindicatos não são filiados à Federação. A greve unificada terá duração de cinco dias, com reavaliação na próxima sexta-feira, 27.

Quais os motivos que levaram os petroleiros à greve?

A greve tem quatro eixos de luta: garantir os postos de trabalho nas empresas contratadas pela Petrobrás; acabar com a precarização das condições de trabalho e os acidentes que matam constantemente os trabalhadores, principalmente os terceirizados; restabelecer o pagamento das horas extras dos feriados trabalhados, o chamado extraturno ou dobradinha; e garantir o regramento e pagamento justo da PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

A Petrobrás, no entanto, só se pronunciou sobre um destes pontos, a PLR, e, mesmo assim, através de uma proposta que absolutamente não atende às necessidades dos trabalhadores. A empresa teve um aumento de 66% em seus lucros e, no entanto, apresenta uma proposta reduzida de PLR, que está sendo rejeitada massivamente pelos trabalhadores. O que a Petrobrás está fazendo é reproduzir o que tem sido a prática de muitas empresas pelo mundo afora: tentar repassar para os trabalhadores os ônus de uma crise que pertence ao mercado.

Outra situação gravíssima é a redução de postos de trabalho nas empresas contratadas pela Petrobrás. Essa situação agrava ainda mais a já crítica condição de segurança na empresa. Nos últimos dez anos, 165 petroleiros morreram em acidentes de trabalho na Petrobrás, dos quais 134 eram terceirizados. Ao reduzir seus efetivos de trabalhadores, essas empresas terceirizadas aumentam a sobrecarga de trabalho e precarizam ainda mais as condições de segurança. Essa economia burra tem conseqüências gravíssimas, pois multiplica os riscos de acidentes, perdas de vidas e prejuízos ao meio ambiente.

A greve unifica todos os sindicatos petroleiros do país. Qual o impacto desta unidade para a categoria e para a Petrobrás?

A FUP nasceu para unificar a categoria petroleira nacionalmente. A participação nesta greve dos sindicatos que não são filiados à FUP é uma construção política muito importante para a categoria e que reflete a atual gravidade deste enfrentamento que travamos com o capital. Há muito tempo não tínhamos este tipo de unidade entre os petroleiros. A unificação da greve fortalece a categoria e, se a direção da Petrobrás tiver responsabilidade com a nação, buscará abrir a negociação contemplando os quatro pontos reivindicados.

E quanto ao calendário de luta da CUT, CTB, Conlutas e demais centrais, que estão unidas para impedir que os trabalhadores sejam prejudicados pela crise? Os petroleiros também participarão desta agenda unidos?

Esta é uma luta classista e os petroleiros estarão unidos nas mobilizações do dia 30 de março, chamada pelas centrais. Entendemos que a tentativa das empresas de se utilizarem da crise para se apropriarem ainda mais da renda dos trabalhadores e das nações é um ataque que tem que ser combatido por todos. O que as empresas estão buscando é lucrar com a crise e se aproveitarem dela para se reestruturarem, aumentando a concentração de renda e fragilizando ainda mais as nações. Essa crise foi criada pela especulação financeira internacional, mas, se avaliarmos de forma mais ampla o que está acontecendo, vemos que esta crise é fruto também da redução do valor do trabalho em todos os continentes. Portanto, não podemos permitir uma nova onda de flexibilização e precarização das condições de trabalho e direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora. A FUP estará presente nas mobilizações do dia 30, construindo um calendário unificado com todos os sindicatos de petroleiros, para deixar claro que os trabalhadores não pagarão pela crise.

Os trabalhadores terceirizados são os que mais sofrem com os cortes e reduções de direitos. A greve pode reverter esta situação na Petrobrás?

Historicamente, a melhoria das condições de trabalho sempre foi fruto da organização e capacidade de luta da classe trabalhadora. Um dos objetivos centrais da terceirização, que não é revelado pelas empresas, é a fragmentação dos trabalhadores. A terceirização busca destruir a identidade de classe e a unidade das categorias e, assim, precarizar as condições de trabalho sem resistência. À medida em que os trabalhadores conseguem construir movimentos unitários, trazendo para a luta trabalhadores próprios e terceirizados, estaremos inviabilizando esse objetivo central da terceirização. Pressionadas pela unidade e sentimento classista dos trabalhadores, as empresas são obrigadas a negociar e a avançar no atendimento das reivindicações de seus empregados. A Petrobrás tem plenas condições de exigir contratualmente das empresas terceirizadas o respeito aos direitos trabalhistas e a manutenção dos postos de trabalho. Para isso estamos indo à luta, unidos.

<http://www.fup.org.br/>

Encontro Estadual de Habitação para a Agricultura Familiar (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Fetraf-Sul

Evento garante a construção de mais de 500 casas no RS

O 1º Encontro Estadual de Habitação para a Agricultura Familiar realizado em Erechim, no Rio Grande do Sul, na última sexta-feira (20/01) reuniu cerca de dois mil agricultores familiares no CTG Sentinela da Querência. Promovido pela Fetraf/Sul, Cooperhaf e Cresol Central SC/RS, o evento discutiu as políticas públicas de habitação para agricultura familiar e possibilitou o anúncio de importantes convênios para o meio rural. O encontro também aconteceu nos municípios de Pinhalzinho (SC) e Rebouças (PR).

O presidente e coordenador da Cooperhaf, Celso Ricardo Ludwig, abriu o evento. Em sua fala, agradeceu a presença e ressaltou a importância de todos estarem reunidos com o objetivo de discutir e referendar mais políticas públicas, mais crédito, mais moradia, enfim mais dignidade aos agricultores familiares. O coordenador da Fetraf/Sul, Altemir Tortelli, reafirmou os propósitos do encontro, pontuando que a principal receita para reivindicar e conseguir é a capacidade de organização. "Nós agricultores familiares, mais do que nunca precisamos estar fortalecidos nas nossas cooperativas. Neste momento de crise, é junto com as nossas cooperativas e os sindicatos fortalecidos que vamos ter menos dificuldades pra enfrentar a crise dos preços, do crédito agrícola e reivindicar uma política pública de habitação específica para o meio rural", acrescentou Tortelli.

Além das discussões, o encontro possibilitou a assinatura de um convênio entre Banrisul e entidades promotoras do evento. O convênio vai permitir a construção de 561 casas no meio rural através do Programa de Subsídio à Habitação (PSH 2009). "Temos trabalhado muito na questão da habitação rural, porque sabemos que a casa não é só a referência, a casa faz parte da vida da gente e é com muito orgulho que o Banrisul participa desse processo, pois compreendemos claramente o quanto isso é importante", afirmou o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, que anunciou ainda a continuidade dos financiamentos para complementação dos recursos do PSH na construção das novas moradias.

O diretor presidente da Cresol Central, Claudio Risson, agradeceu em nome das entidades, e afirmou que "o valor da contrapartida, que passará pelas cooperativas de crédito Cresol, vai qualificar, dar continuidade e ampliar o programa de habitação no RS. "Essa possibilidade significa um programa de mais qualidade que terá como consequência o fortalecimento e a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar", argumentou Risson.

Outro importante anúncio partiu do diretor de Produção e Ações Habitacionais da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (Sehadur), Marcelo Soares, que anunciou a liberação por parte do governo do estado, de uma contrapartida no valor de R\$ 1.500 para cada nova moradia, complementando assim o valor financiado pelo Banrisul e o subsídio do governo federal.

Também presente no evento, o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Marco Maia, aproveitou a oportunidade e entregou ao prefeito de Erechim, Paulo Polis, e ao coordenador da Fetraf/Sul, Altemir Tortelli, o valor de R\$ 3,2 milhões para que os prefeitos gaúchos invistam e melhorem o patrulhamento agrícola de seus municípios.

O presidente da Assembléia Legislativa, o deputado estadual Ivar Pavan ressaltou que os programas de habitação rural são frutos da mobilização e organização dos agricultores. Ele lembrou que, dos estados brasileiros, a região Sul é a que mais construiu casas, tradicionalmente, a região mais organizada, especialmente o Rio Grande do Sul, com seu sistema cooperativo bem organizado.

O superintendente da Caixa Econômica Federal regional Norte do RS, Rubem Valter Grans, a coordenadora da Fetraf Brasil, Elisangela Araújo, dentre outras autoridades também participaram do encontro.

Os trabalhadores da alimentação e o ato unificado do dia 30 (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Siderlei de Oliveira, presidente da Contac/CUT

No último sábado tivemos a felicidade de realizar na cidade gaúcha de Serafina Corrêa-RS um representativo Encontro Internacional sobre a crise econômica e o setor alimentício. Ali debatemos os caminhos a seguir na luta contra os impactos negativos da onda recessiva vinda do centro do sistema capitalista. De forma unânime, os companheiros das Federações e Sindicatos se pronunciaram pela participação dos trabalhadores da alimentação no próximo dia 30 de março, para dialogar com a população e exigir dos governos mais atenção ao setor.

Nosso país reúne todas as condições para enfrentar e derrotar o retrocesso econômico imposto pelos especuladores internacionais. Para isso, no entanto, é imprescindível focar cada vez mais no mercado interno, priorizar créditos e investimentos à agricultura familiar e não dilapidar recursos no agronegócio, voltado à exportação, sempre concentrador de renda e injustiça; é preciso garantir direitos aos assalariados rurais, ampliar a fiscalização nas empresas e penalizar severamente os abusos; é imprescindível reduzir a jornada e o intenso ritmo de trabalho, que vem lesionando e mutilando milhares de operários nos frigoríficos.

Vamos somar voz com quem quer o combate à especulação financeira, levantando a bandeira da diminuição expressiva da taxa básica de juros, para fomentar o crescimento com justiça social; da redução da jornada de trabalho, sem redução de salário; da reforma agrária, para combater a especulação com os alimentos, garantindo emprego no campo e comida barata na cidade; e contrapartidas sociais, como manutenção e ampliação dos empregos e da renda nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O BNDES precisa urgentemente voltar a ser um banco social, necessita deixar de canalizar recursos públicos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para financiar empresas que desempregam. Basta! É hora de redirecionar a linha de atuação. Por isso teremos a partir de agora uma atuação ainda mais coordenada e firme na Comissão Nacional de Controle dos Empréstimos do BNDES, para separarmos o joio do trigo e garantir investimentos que realmente frutifiquem, que dialoguem com a melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores e com o desenvolvimento com distribuição de renda.

Também é preciso garantir que o corte nos juros seja repassado ao consumidor, para que se transforme em efetiva distribuição de renda, estabelecendo mecanismos para fazer com que as empresas diminuam sua alta margem de lucro, mantendo a arrecadação do Estado, fundamental para os investimentos nas áreas sociais. É inadmissível que uma empresa como a Sadia, que aplicou bilhões no mercado financeiro, que alavancou seus lucros na época da bonança sem dividir com os trabalhadores, mantendo a jornada e o intenso ritmo de trabalho, agora venha chantagear falando de crise e desemprego para pegar dinheiro público sem qualquer contrapartida. O Estado deve servir para alavancar o desenvolvimento e cada centavo de recurso público aplicado tem de priorizar a geração de emprego de qualidade, com salários dignos e direitos.

Como o dia 30 é o começo de uma jornada que vai frutificar, é preciso também olhar com carinho para a nossa organização sindical. Por isso as entidades filiadas à Contac reafirmaram sua disposição de trabalhar para que nossa Confederação articule todos os trabalhadores da cadeia produtiva, como já estamos fazendo ao lado dos companheiros da Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp) e com a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Paraná - ainda não filiada à CUT -, com uma ação que incorpore o movimento sindical "da terra ao prato".

Gilson Caroni Filho: Mendes e a serpente (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Carta Maior

Quando o presidente do STF ignora a individualidade harmônica dos Poderes e constringe o Legislativo, mandando tirar da página da TV Câmara um programa que contraria seus interesses, qual a hierarquia de princípios que ilumina suas disposições pessoais? O questionamento é feito por Gilson Caroni Filho, professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, colunista da Carta Maior e colaborador do Observatório da Imprensa.

Mendes e a serpente

Quando o ministro Gilmar Mendes se apresenta, sem que ninguém tenha lhe delegado tal função, como artífice de "um novo pacto republicano", estamos diante do quê? De um magistrado para quem o texto normativo é apenas uma moldura suscetível a várias interpretações ou de um ativista que põe em risco a própria noção de Estado Democrático de Direito?

Quando, com total apoio da grande imprensa, Mendes ignora a individualidade harmônica dos Poderes e constringe o Legislativo, mandando tirar da página da TV Câmara um programa que contraria seus interesses, qual a hierarquia de princípios que ilumina suas disposições pessoais? A idéia de uma justiça que se exerce em nome de toda a nação ou o arcabouço legal que privilegia grupos e estamentos particulares? Ao atacar frontalmente movimentos sociais como o MST, o presidente do Supremo Tribunal Federal age como magistrado ou preposto de velhas pretensões oligárquicas?

Sabemos que as classes dominantes brasileiras gostam de falar uma linguagem liberal enquanto exercem formas autoritárias de governo. Se há de fato uma ação orquestrada desestabilizadora, sua novidade estaria no novo arranjo do poder, com a crescente primazia do judiciário tentando anular o poder Legislativo e Executivo. Repete-se a história de sempre: os ideais liberais de alguns setores sucumbem aos velhos artifícios dos segmentos reacionários.

A "intemperividade" do ministro tem raízes em antagonismos que nascem do jogo das forças sociais que repõem o jogo dialético da história. É preciso calar os novos personagens oriundos do movimento popular. Negar reivindicações e lutas de sujeitos até então destituídos de direitos: camponeses, índios e trabalhadores que protestam contra as suas condições de trabalho e vida no âmbito de uma sociedade desde sempre patrimonialista.

Nessa dinâmica o STF, com indiscutível caráter classista, age como importante ator político para a manutenção do status quo, em aliança com forças políticas que se movem com vistas à 2010. Não se trata apenas de atingir o presidente Lula, mas de resgatar a agenda que realiza o desenvolvimento capitalista sem realizar a democracia.

Ainda em fase de articulação, o movimento conta com uma base militante: a parcela da classe média que, na perfeita definição do saudoso Milton Santos, "é mais apegada ao consumo que à cidadania, sócia despreocupada do antigo poder com o qual se confundia"

Assim, o que mobiliza a oposição ao atual governo pode ser descrito de forma simples: não deixar que se conclua a implantação de uma democracia que não seja apenas eleitoral, mas também econômica, política e social. O ativismo exacerbado guarda sintonia com o senso de urgência.

Ao cobrar agilidade do Ministério Público na investigação de repasses de recursos públicos para o MST, Gilmar Mendes não poderia ser mais explícito: "É bom que haja então uma atuação do Ministério Público, fazendo essa distinção, dizendo quando o repasse é legítimo. Ele vai nos ensinar em relação a isso. Mas é preciso haver decisão. Porque do contrário, por exemplo, nós estamos já há dois anos do final do governo Lula, essas investigações vão ser feitas para o próximo governo?"

Uma faxina prévia para um eventual governo Serra ou aflição da serpente com a resistência da casca do ovo? É preciso responder à pergunta que se insinua como retrocesso possível.

FH sobre Daniel Dantas: "dizem que foi brilhante"(CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Hora do Povo

Ao ser questionado qual sua opinião a respeito de determinadas figuras, Fernando Henrique Cardoso deu uma resposta positiva em relação a Daniel Dantas, durante entrevista ao programa "É notícia", da Redetv!: "conheço pouco, dizem que

foi brilhante", disse FH em referência ao dono do Opportunity acusado de fraude, suborno, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e outros crimes.

Sobre Gilmar Mendes, seu antigo advogado-geral da União, ele tratou como homem que "tem coragem e competência" e o delegado Protógenes Queiroz, que prendeu Dantas, FHC se referiu a ele como "um amalucado".

Foi com as privatizações do governo fernandista que Dantas amealhou uma enorme fortuna. O tal "brilhantismo" que FHC se refere conferiu a DD uma bela fatia do setor de telefonia, portos, entre outras empresas estatais. Tudo sem investir quase nenhum centavo próprio.

Dantas ampliou o seu poder após os fundos de pensão capitalizarem o Opportunity com recursos enviados para Cayman e do governo obrigar os mesmos fundos a bancarem Dantas nas privatizações. Com isso, ele açambarcou a Brasil Telecom (junção das teles do DF, RS, SC, PR, GO, MS, MT, TO, RO e AC) com apenas 0,56% de recursos próprios. Daniel Dantas apropriou-se também da Telemig Celular e da Amazônia Celular (junção das divisões de telefonia celular das teles do AM, PA, AP, RR e MA) e posteriormente entrou na privatização do porto de Santos, da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas), da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), do Metrô do Rio, e na da Vale do Rio Doce.

Saiba como identificar o assédio moral nas sutilezas (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por SINDSAÚDE-SP

Leia abaixo a entrevista dada pelo Dr. Inácio Aparecido, sócio-diretor do escritório Aparecido Inácio e Pereira ao site Canal RH <http://www.canalrh.com.br/>):

Funcionários que foram obrigados a fazer danças constrangedoras, usar roupas engraçadas e até levar um bode para casa por não terem atingido as metas determinadas pelo gestor são casos de assédio moral que ficaram famosos pela humilhação pública pela qual o assediado passou, e que renderam processos para as empresas onde essas práticas ocorreram.

Entretanto, nem sempre as ocorrências de assédio moral se dão assim, de forma explícita. Ao contrário, na maioria dos casos ela se dá de forma sutil, difícil de ser identificada, mas com efeitos devastadores para o assediado. Entidades como Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Mundial do Trabalho (OIT), apontam o assédio moral como principal causa da angústia e depressão que muitos trabalhadores vivem e que é considerado o grande mal do século 21.

O impacto disso para as organizações não é menor. "O ambiente onde ocorre o assédio moral torna-se insalubre e, por consequência, improdutivo. Afinal, para atingir bons resultados a pessoa precisa se sentir realizada, o que é impossível onde ela é constantemente perseguida ou discriminada", diz o advogado e especialista no assunto, Aparecido Inácio.

Segundo ele, para evitar que esse mal se instale dentro de casa, as organizações, mais especificamente os RH's, devem estar atentos aos sinais que indicam a existência do assédio, começando pela forma como se dá a relação entre gestores e subordinados. Posturas como a recusa na comunicação direta com o colaborador por parte do gestor ou a segregação física, que se caracteriza quando um trabalhador é colocado num local isolado dos demais colegas, são alguns dos indícios mais comuns que o advogado aponta e que estão listados na cartilha que escreveu sobre o assunto.

Inácio esclarece que o gestor tem sim o dever de cobrar resultados dos seus subordinados. Entretanto, quando a cobrança sobre um indivíduo torna-se maior, devido a resultados ruins, é que o assédio pode se manifestar. "Um gerente advertir um subordinado que cometeu um erro ou até demiti-lo pela reincidência no erro é normal. Agora, há casos onde o gestor passa a perseguir aquele indivíduo de forma paulatina". E segundo Inácio, isso pode acontecer de forma mais velada, como nos casos onde o gestor passa a impor ao funcionário condições diferenciadas de trabalho ou tarefas muito difíceis de ser cumpridas, como metas elevadas.

Por isso, é preciso estar de olho no perfil do gestor, ressalta o advogado "Aquele gerente com perfil mais agressivo e esquentado, acostumado a cobrar com mais veemência pode estar mais sujeito a cometer esses erros", diz.

No entanto, o assédio não acontece somente de cima para baixo. Ele também pode se manifestar horizontalmente, entre colaboradores do mesmo nível hierárquico. Inácio explica que isso costuma acontecer em ambientes onde a competição ultrapassa os limites saudáveis e começam acontecer as "puxadas de tapete".

Promover momentos de interação entre empregados e incentivar o diálogo aberto são ações que o RH pode iniciar para tentar prevenir essas ocorrências dentro da empresa que, segundo Inácio, além de serem passíveis de ações judiciais, cujas penalidades podem ser altas, ainda compromete os laços de confiança estabelecidos dentro da organização. "O indivíduo assediado deixa de ter interesse pela empresa. Daí então, aquela motivação para 'vestir a camisa da empresa', tão importante, deixa de existir".

O advogado ainda alerta para o fato do assédio moral ser responsável pelo aumento da incidência de doenças psicossomáticas e ortomoleculares, que por sua vez contribuem para o aumento o nível de afastamentos no INSS. "Isso pode representar um grande custo para as empresas. Primeiro porque eles perdem a sua força de trabalho para as doenças, e depois porque a Previdência passará a cobrar das organizações os valores gastos em benefícios por afastamento".

Encontros Temáticos, nesta terça-feira, preparam 2º Congresso da Contraf/CUT (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Contraf/CUT

Ocorrem nesta terça-feira 24, em São Paulo, os Encontros Temáticos nacionais em preparação ao 2º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), programado para os dias 14 a 16 de abril. "O objetivo é aprofundar a discussão dos temas que estão na pauta do Congresso, que foi iniciada nos encontros regionais concluídos neste último fim de semana", informa Carlos Cordeiro, secretário-geral da Contraf/CUT.

O 2º Congresso definirá a estratégia de lutas dos trabalhadores do ramo financeiro para o próximo período e elegerá a nova diretoria da Contraf/CUT para o triênio 2009/2011.

Mais de 240 representantes dos bancários eleitos em assembleias e nos encontros regionais em todo o país participam dos Encontros Temáticos desta terça-feira, com realização de debates em quatro grandes grupos:

Grupo 1 - Discutirá a estrutura, o estatuto, as finanças e a direção da Contraf/CUT.

Grupo 2 - Fará a discussão sobre emprego, remuneração, saúde e condições de trabalho e igualdade de oportunidades.

Grupo 3 - Vai debater o Sistema Financeiro Nacional e a qualificação dos dirigentes e militantes sindicais.

Grupo 4 - Está a cargo deste grupo a discussão sobre a organização dos trabalhadores do ramo financeiro, o formato das campanhas salariais e as comissões de empresa dos bancos.

O 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro será realizado entre os dias 14 a 16 de abril, em São Paulo, com participação aberta a todas as centrais sindicais. "Coerentes com nossos princípios e com a história de construção da unidade dos bancários, que torna a nossa categoria a única com a mesma Convenção Coletiva de Trabalho, decidimos estender a participação no Congresso às entidades filiadas a todas as centrais sindicais", diz Carlos Cordeiro, secretário-geral da Contraf/CUT.

Partidário de bomba nuclear sobre Gaza é indicado chanceler de Israel (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por Nathaniel Braia

Netaniahu - que declarou-se contra o direito dos palestinos a seu Estado - indicou Avigdor Lieberman para ministro do Exterior. Durante a agressão israelense a Gaza, Lieberman sugeriu que esta tivesse o mesmo destino de Hiroshima

O ministro do Exterior indicado por Biniamin Netaniahu (que está montando o novo governo de Israel) é Avigdor Lieberman, que, durante o recente bombardeio contra Gaza - quando foram assassinadas 1.400 pessoas, mais de 400 crianças, destruídas 5.000 casas e danificadas 17.000 - sugeriu que a agressão prosseguisse e que se fizesse uso de bombas nucleares. "Devemos fazer exatamente aquilo que os EUA fizeram com o Japão na Segunda Guerra Mundial".

O próprio Benjamin Netaniahu, do partido Likud (antes dirigido pelos terroristas Menachem Begin e Ariel Sharon) - que deve encabeçar o novo gabinete de Israel e que chamou Lieberman e seus partidários a compor o governo, declarou

durante a campanha que se opõe ao estabelecimento do Estado Palestino e a retirada das tropas israelenses do Golan, território sírio ocupado por Israel desde 1967.

COLONIALISTAS - Será um governo de ideologia abertamente colonialista e anexacionista que ampliará os obstáculos à paz, através de uma solução justa da questão palestina, com o fim da ocupação israelense.

Um ministério formado por candidatos a novos crimes de guerra e partidários da continuidade da limpeza étnica que atinge o povo palestino há mais de meio século.

Quanto a Lieberman, no ministério do Exterior, é a mais escancarada cara que o regime nazista instalado em Israel já apresentou ao mundo. Isso, do ponto de vista de suas declarações que destilam veneno racista - claro - pois, do ponto de vista dos atos, o carniceiro de Sabra e Chatila, Ariel Sharon, já deixara bem clara a profunda degeneração pela qual passa o regime que predomina em Israel, degeneração que se aprofundou com a ocupação de 1967.

Durante negociações entre Sharon e o governo dos EUA em que se propunha a libertação de algumas centenas dentre os milhares presos palestinos, Lieberman contrapropôs que o governo israelense deveria afogar estes presos no mar morto. "Eu, como ministro dos Transportes, enviaria os ônibus para transportá-los até lá", disse o nazista.

Agindo de modo diferente dos racistas que ocuparam o centro do poder em Israel desde a sua fundação e que executaram uma limpeza étnica friamente planejada, mas procurando disfarçar seus sentimentos e sem assumir abertamente esta intenção, ou melhor negando-a, Lieberman advoga abertamente a ampliação da limpeza étnica para que Israel seja um Estado só de judeus. "Os árabes que quiserem permanecer em Israel (atualmente mais de 20% do total da população) devem passar por testes para comprovar sua fidelidade. Quem não passar nos testes perde sua cidadania", disse ele durante sua campanha ao Knesset (parlamento de Israel) cujo lema era "Sem confiança não há cidadania", onde advogava que os árabes, deixassem - se não na totalidade, em sua grande maioria, as fronteiras de Israel. Em declaração de 2002, o fascista disse: "não há nada de antidemocrático na transferência de populações". E, em 2004: "Não há lugar para eles aqui. Ele podem pegar as trouxas deles e sumirem"...

Lieberman já havia ocupado ministérios em governos anteriores, como ocorreu em outubro de 2006, quando foi indicado para ministro de Questões Estratégicas. Renunciou ao posto quando Olmert e Tzipi Livni começaram a participar das negociações com os palestinos em Anápolis. Antes disso, fora ministro dos Transportes indicado por Sharon.

AMEAÇAS - Em novembro de 2006, Lieberman defendeu que os deputados árabes no Knesset que se encontrassem com integrantes do Hamas deveriam ser "executados". "Na nova legislação vamos tomar conta de vocês", ameaçou os deputados em plenário.

O deputado Ahmed Tibi, do partido Ta'al, exigiu que Lieberman fosse levado a julgamento "por violação da lei contra incitamento e racismo". O promotor público do Estado de Israel indeferiu a ação de Tibi.

Nos comícios em que ele participava a reação a sua arenga racista eram gritos de "morte aos árabes", sem que ele esboçasse a menor oposição a eles.

Referindo-se à forma como Israel deveria reagir às ações da resistência palestina contra a ocupação, ocorridas em março de 2002, Lieberman declarou: "se dependesse de mim, eu notificaria a Autoridade Palestina de que amanhã às oito da manhã bombardearemos os centros comerciais, ao meio dia, os postos de gasolina e às duas, os bancos deles".

Até o escorregadio Shimon Peres se viu obrigado a contestar: "Declarações como esta nos colocam como criminosos de guerra". Hoje, como presidente, Peres silencia diante da indicação de Lieberman...

Em 1988, quando o governo egípcio apoiou declarações de Yasser Arafat pelo Estado palestino, Lieberman propôs o bombardeio da Represa de Assuam "para inundar o Egito".

<http://www.horadopovo.com.br/>

CUT/SE: Plenária desta quarta-feira (24) definirá ato do Dia Nacional de Mobilização (CUT Nacional) 24/03/09

Escrito por CUT/SE

A Central Única dos Trabalhadores de Sergipe - CUT/SE - realiza nesta quarta, 24 de março, a Plenária Intersindical e Popular de preparação das atividades do Dia Nacional de Mobilização no combate à crise que acontece no próximo dia

30, em todo o Brasil. O evento acontece a partir das 18h, no auditório da central sindical (Rua Porto da Folha, nº 1039. Bairro Cirurgia), em Aracaju.

Com o compromisso de defender os direitos dos trabalhadores e avançar nas conquistas, o Dia Nacional de Mobilização se caracteriza como data na qual trabalhadores de todo o país darão uma resposta contundente em defesa da redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução de salário, de investimentos na reforma agrária, na geração de empregos, bem como valorização dos salários e garantia de direitos.

A decisão pelo ato nacional aconteceu no último dia 19, na sede da Central Única dos Trabalhadores, em São Paulo, numa reunião histórica das centrais sindicais e dos movimentos sociais. De forma unitária, 40 lideranças representantes de 19 entidades nacionais decidiram atuar coletivamente no combate à crise.

Na mesma data, serão feitos atos e mobilizações em vários países das Américas, África, Ásia e Europa, denunciando a globalização neoliberal, que fomentou a desregulação dos mercados, as privatizações e a desnacionalização das economias como a responsável pela crise.

26 de março: Secretaria da Mulher da FEM-CUT realiza Seminário (CUT Nacional) **24/03/09**

Escrito por FEM – CUT/SP

A Secretaria da Mulher da FEM-CUT/SP promove na próxima quinta-feira, dia 26 de março, o "Seminário Estadual das Mulheres Metalúrgicas". A atividade acontecerá das 16h às 18h, no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba.

O objetivo do evento é debater temáticas inerentes às trabalhadoras, como a importância de valorizar o aumento da sua participação em todos os espaços, como por exemplo no sindical, traçar um balanço das conquistas e apontar desafios, bem como discutir as principais reivindicações que ilustrarão a Campanha Salarial 2009.

Segundo a Secretária da Mulher da Federação, Rosimar Dias, a Rosi, o Seminário também visa fortalecer a luta das metalúrgicas, mostrando que a sua participação na vida sindical é fundamental. "Queremos na nossa Campanha Salarial continuar avançando nas conquistas e nas melhorias dos direitos sociais para todas as trabalhadoras. Não será uma negociação fácil com as bancadas patronais, aliás, todos os anos sempre foram difíceis, mas com luta e organização alcançaremos bons resultados", frisa Rosi.

Convidados e base

Participarão do Seminário, a consultora de gênero e raça, Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir); a representante do MEC e ex-deputada, Iara Bernardes e a assessora especial da Secretaria Nacional da Articulação, órgão ligado à Presidência da República, Quenis Gonzaga.

A FEM-CUT representa cerca de 250 mil metalúrgicos (as) no Estado sendo que 15% são mulheres (37,5 mil). A média salarial dos homens oscila em R\$ 2.125,39; já a das metalúrgicas em torno de R\$ 1.488,28. Ainda segundo o levantamento, 55% trabalham no setor de bens de capital (Grupos 2 e 8, que representam as empresas de eletrônicos, máquinas, equipamentos rodoviários entre outros), 35% nos setores de autopeças/montadoras; 5% na Fundação e 5% no Grupo 10 (que representa os setores de lâmpadas, estamparias e serralherias).

Serviço

Evento: Seminário Estadual das Mulheres Metalúrgicas

Data: 26 de março

Horário: 16h às 18h

Local: Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba (Rua Julio Hanser, 140 - Centro -Sorocaba)

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lílian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

